



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP).
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO.

O GOVERNO SÍRIO DO AL-ASSAD: ENTRE GLORIFICAÇÃO E CONDENAÇÃO

MOUHAMED HASSAN TERMOS

Foz do Iguaçu
2019



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP).
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO.

O GOVERNO SÍRIO DO AL-ASSAD: ENTRE GLORIFICAÇÃO E CONDENAÇÃO

MOUHAMED HASSAN TERMOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo.

Foz do Iguaçu
2019

MOUHAMED HASSAN TERMOS

O GOVERNO SÍRIO DO AL-ASSAD: ENTRE GLORIFICAÇÃO E CONDENAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo
UNILA

Prof. Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado
UNILA

Prof. Heloisa Marques Gimenez
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____

TERMOS, MOUHAMED. O Governo Sírio do Al-Assad: Entre Glorificação e Condenação. 2019. (51). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

A Síria está nas notícias da mídia internacional desde as manifestações de 2011 da primavera árabe começaram, e que logo em seguida se tornaram uma guerra civil longa no território sírio que envolve os vários atores do sistema internacional. Tendo esse destaque no sistema internacional, a guerra da Síria criou uma dicotomia em relação ao conflito e ao governo Sírio do Bashar Al-Assad, sendo que alguns atores condenam esse governo e outros defendem a sua permanência no poder. Os dois lados dessa dicotomia utilizam discursos constantes para condenar ou glorificar o governo do Al-Assad para tentar influenciar a opinião pública e a mídia além de justificar suas ações e atitudes em relação à guerra na Síria. Essa pesquisa explica como a família do Al-Assad chegou ao poder historicamente, e em seguida explica alguns fatores políticos, indenitários, ideológicos e econômicos não explícitos geralmente, e, que em realidade dirigem os discursos dos dois lados.

Palavras-chave: Síria, Dicotomia, Discursos, Glorificação, Condenação, Opinião Pública.

TERMOS, MOUHAMED. Al-Assad's Syrian Government: Between Glorification and Condemnation. 2019. (51). Completion of Course Paper. (Undergraduate in International Relations and Integration). Federal Universtiy of Latin American Integration, Foz do Iguacu, 2019.

ABSTRACT

Syria has been in the news of the international media since 2011 when the Arab Spring started, which soon after turned into a long civil war on Syrian territory involving various actors of the international system. Having such prominence in the international system, the Syrian civil war has created a dichotomy regarding the Syrian conflict and government of Bashar Al-Assad, with some actors condemning that government and others advocating its stay in power. Both sides of this dichotomy use constant discourses to condemn or glorify Al-Assad's government to try to influence the public opinion and the media in addition to justify their actions and involvement in the Syrian war. This research explains how Al-Assad family ascended to power historically, and then explains some political, identity, ideological, and economic factors that are not normally explained, but in fact drive the discourses on both sides.

Keywords: Syria, Dichotomy, Discourses, Glorification, Condemnation, Public Opinion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA: Estados Unidos da América

ISIS: *Islamic State of Iraq and the Levant*

ONU: Organização das Nações Unidas

OLP: Organização para a Libertação da Palestina

PKK: Partido dos trabalhadores do Curdistão

RAU: República Árabe Unida

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	JUSTIFICATIVA:.....	10
1.2	METODOLOGIA:	11
2	A CONSTRUÇÃO DO ESTADO SÍRIO	12
2.1	O FIM DO IMPÉRIO OTOMANO E O AUGE DO PODER EUROPEU (1914-1939).	12
2.2	A CONSTRUÇÃO DO ESTADO SÍRIO COM O FIM DOS IMPÉRIOS (1939-1962).....	16
2.3	A ASCENSÃO DO PARTIDO BAATH (1963 -).....	19
2.3.1	Primeiro: Dois Partidos Baath:.....	20
2.3.2	: Dois partidos Nasseristas:	21
3	O GOVERNO DO AL-ASSAD NOS OLHOS DA OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL, REGIONAL E INTERNACIONAL	24
3.1	OS SUNITAS, ALAUITAS E OS CURDOS DA SÍRIA:.....	24
3.1.1	Os Sunitas:.....	24
3.1.2	Os Alauitas:	25
3.1.3	Os Curdos:.....	26
3.2	HEZZBOLLAH E OS XIITAS E SEU APOIO AO GOVERNO DO AL-ASSAD:.....	28
4	A SÍRIA NO SISTEMA INTERNACIONAL: PRINCIPAIS ALIANÇAS E OPOSIÇÕES	31
4.1	IRÃ: UM DOS PRINCIPAIS ALIADOS DA SÍRIA DO AL-ASSAD.	32
4.1.1	AS RELAÇÕES SÍRIA-IRÃ ANTES DE 1979:	33
4.1.2	AS RELAÇÕES SÍRIA-IRÃ ENTRE 1979-1990	34
4.1.3	AS RELAÇÕES IRÃ- SÍRIA ENTRE 1990 E 2000	36
4.1.4	AS RELAÇÕES SÍRIA-IRÃ DESDE 2011.....	37
4.2	A INIMIZADE ENTRE SÍRIA E EUA.....	38
4.3	A COMPLEXIDADE GEOPOLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE SÍRIA E TURQUIA:	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1 INTRODUÇÃO

A família Al-Assad está no poder na Síria desde que Hafez Al-Assad ganhou as eleições com 99% dos votos após um período de turbulência política e militar em 1971. Desde então, Hafez e seu filho e sucessor Bashar, concentraram o poder político e militar dos seus governos nas mãos dos seus familiares, parentes, e amigos próximos da comunidade e elite Alauita (WIELAND, 2012). Apesar da concentração de poder na mão de uma elite, a Síria é uma República com três poderes definidos segundo a sua constituição. A constituição Síria foi modificada cinco vezes desde a proclamação da República em 1920, sendo que a última versão foi estabelecida em 27 de fevereiro de 2012. Essa constituição com todas as mudanças e versões sempre afirmou que a Síria é uma república democrática que respeita os conceitos da liberdade e igualdade dos cidadãos.

O debate político em torno do governo Sírio foi sempre centrado na questão da sua legitimidade política e no seu grau de respeito aos princípios democráticos e direitos humanos. Embora ainda existem países do sistema internacional governados por monarquias, os discursos democráticos liberais dominam o sistema internacional, e qualquer governo que exibe desrespeito aos esses princípios ou mostra tendências ditatoriais seria condenado por vários atores do sistema. Isto é evidente no caso do governo Sírio, pois, no Art. 2 Cap. I da constituição Síria é definido o tipo do governo como uma república democrática do povo e para o povo. De outro lado, várias práticas e ações cometidos desse governo ao longo do seu período no poder levaram muitos Estados e outros atores a questionar a legitimidade desse governo e desconsidera-lo como um regime democrático. Para isso, é importante fornecer, algumas definições do conceito de democracia e algumas das suas características antes de apresentar o problema e a pesquisa em seguida.

Originalmente, o conceito de Democracia pretendia dar o poder aos considerados cidadãos de participar no governo de uma certa maneira garantindo a eles uma igualdade política de participação, inibindo a concentração de poder nas mãos da aristocracia (NETO,1997). Tendo como ideia principal a participação do povo no processo da tomada de decisão política, esse conceito foi usado pelos filósofos políticos modernos e contemporâneos que estudaram e elaboraram várias formas de governo que respeitam os princípios de igualdade e liberdade.

No seu Dicionário de Política, Bobbio (1909), argumenta que todos os estudos elaborados sobre as formas democráticas de governo definiram as regras de como se deve chegar à decisão política somente, deixando por fora o que decidir. Segundo Bobbio, isso deixa em aberto todo processo de tomada de decisão depois da formação de um governo dito democrático, ou seja, existe a possibilidade de um governo eleito ou formado democraticamente de monopolizar o poder e em seguida deixar de respeitar os princípios básicos da democracia. Bobbio vai além no seu Dicionário de política e define dois tipos de democracias. Uma denominada formal (Governo do Povo) em que o governo pode ser concentrado nas mãos de uma minoria, e outra denominada substancial (Governo para o povo), em que a maioria do povo é favorecida.

A conceitualização do Bobbio (1909) sobre a democracia explica como muitos aspectos desse processo podem ser muito ambíguos, e dá a impressão de como as elites políticas de um determinado governo podem manipular os princípios e discursos democráticos para permanecer no poder utilizando desses mesmos princípios para se legitimar.

Jacques Ranciere na sua obra “O Ódio À Democracia” (2014) chega à conclusão que a filosofia política que busca os fundamentos do bom governo e as razões pelo qual os homens formam governos é posterior ao surgimento da democracia, ou seja, a democracia não é uma garantia de um bom governo. Assim, para Ranciere:

“A palavra democracia não designa propriamente num uma forma de sociedade nem uma forma de governo. A sociedade democrática é apenas uma pintura fantasiosa, destinada a sustentar tal ou tal princípio do bom governo. As sociedades, tanto no presente quanto no passado, são organizadas pelo jogo das oligarquias. E não existe governo democrático propriamente dito” (Ranciere, 2014, p. 68).

Uma das características da democracia mais relevantes para essa pesquisa é o seu valor universal. Existem duas teorias opostas sobre esse valor, a primeira defende que a democracia e liberdade são valores universais porque todos os homens são criados igualmente; a segunda defende que por serem criados iguais, os homens não são obrigados a interpretar e definir a liberdade e as formas de governo de maneiras iguais (DIAMOND, 2015).

Pode-se deduzir então que a definição e, a interpretação da democracia pode ser muito fluída e dependente do contexto e nível em que está sendo analisada. Atualmente, segundo o discurso democrático universal muitas democracias do sistema internacional são desfeitas ou

por executivos que dominam o poder, ou pelos militares em que ambos perdem ou parem de construir legitimidade (DIAMOND, 2015).

A legitimidade de um certo governo que Larry Diamond (2015) explica no seu livro “O Espírito da Democracia” é baseada no respeito aos princípios de liberdade e igualdade. Porém, o grau dessa legitimidade varia no sistema internacional dependendo do Estado ou do ator que está interpretando essa legitimidade conforme seus objetivos e interesses que moldem essa sua interpretação.

Esta variação nos leva ao caso estudado nessa pesquisa que é o governo Sírio da família Al-Assad. De um lado, é visto por parte da população e alguns Estados como um governo legítimo popular, por compartilhar ideologias e políticas externas pan-arabistas e anti-imperialistas que têm os interesses da população nacional e regional árabe como a principal prioridade, do outro lado, é visto como um governo ilegítimo que monopoliza o poder há muitos anos e viola os vários direitos humanos da população local além de apoiar grupos regionais considerados terroristas pela maioria das potências mundiais.

Essa divergência é, em princípio uma consequência do desvio dos interesses políticos e econômicos dos atores estatais como os EUA que tem muitos interesses estratégicos, geopolíticos e econômicos na região do Oriente Médio e que considera o regime Sírio como um obstáculo na frente desses interesses, e do outro lado, Irã que compartilha as atitudes anti-imperialistas e anti-americanistas do governo Assad. Ademais, a existência de ideologias opostas com grandes influências na opinião pública no nível nacional, regional e internacional como o anti-sionismo árabe de um lado e os discursos liberais do outro intensificam essa dicotomia.

Essa dicotomia levanta a pergunta da pesquisa: Quais são os fatores políticos, econômicos, ideológicos e indenitários que levam os atores do sistema internacional de vários níveis à aceitação ou condenação do governo do Assad?

1.1 JUSTIFICATIVA:

A guerra Civil na Síria começou com uma série de manifestações populares de grupos sociais insatisfeitos com o governo do Assad. Desde 2011, porém, essas manifestações transformaram em confrontos armados que incluem milícias armadas, grupos terroristas, exército nacional e interferência de milícias regionais e forças militares internacionais. Hoje o conflito estendeu ainda mais deixando um número muito alto de vítimas civis e refugiados. A

intensificação da guerra fez com que o governo Sírio se torna um ponto central nas notícias internacionais e na discussão da opinião pública. Assim, no âmbito dessa guerra existem muitas opiniões públicas e oficiais em torno de dois discursos principais - um que condena e outro que glorifica o governo do Al-Assad - que tentam explicar a guerra que está acontecendo e encontrar o culpado, mas deixando de levar em consideração a complexidade do conflito e os vários atores envolvidos. Assim, a importância da realização dessa pesquisa se baseia na clarificação dos motivos atrás da existência da dicotomia da percepção do Governo da família Assad, pois a maior parte dos indivíduos fora do meio acadêmico tomam um dos dois posicionamentos em relação ao governo Sírio do Assad desconsiderando fatores históricos, ideológicos e políticos e acabam formando suas opiniões meramente por seguir discursos construídos anteriormente. Essa pesquisa científica ajudaria os leitores a entender os fundamentos dos diferentes discursos que glorificam ou condenam esse governo.

1.2 METODOLOGIA:

A metodologia empregada na pesquisa é qualitativa, pois trata de uma pesquisa bibliográfica com objetivo de analisar fatos históricos, dados e conceitos relacionados com o tema e a pergunta levantada. Serão utilizadas fontes como livros e artigos científicos especificamente artigos científicos de autores e professores das áreas de História e das relações internacionais sobre a política externa e Oriente Médio. Esse trabalho acadêmico está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo é uma breve contextualização histórica sobre a construção do Estado Sírio e a ascensão do Assad ao poder, o que serve como fonte histórica para entender fatores políticos e ideológicos tratados nos capítulos a seguir. O segundo capítulo foca nos fatores ideológicos e identitários que moldem a opinião pública local síria e regional sobre o governo do Assad. O terceiro e o último capítulo, trata-se do posicionamento da Síria no sistema internacional dando ênfase nas suas principais alianças e oposições estatais e seus motivos que dirigem seus discursos adotados em relação ao governo do Al-Assad.

2 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO SÍRIO.

É essencial entender o processo histórico da construção do Estado Sírio moderno para conhecer as origens das rivalidades locais e a forma em que a família Assad tomou o poder e conseguiu se manter nele até os dias atuais. A contextualização nesse capítulo começa com a queda do império Turco-Otomano e o início do domínio europeu sobre a região que favoreceu algumas elites locais sobre outras para manter um apoio nacional que garantiu a manutenção desse domínio (FILDIS, 2012).

2.1 O FIM DO IMPÉRIO OTOMANO E O AUGES DO PODER EUROPEU (1914-1939).

No seu livro, *Uma História sobre os Povos Árabes*, Albert Hourani resume a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial que entrou como aliado da Alemanha e Áustria, e contra a Inglaterra, França e Rússia o que tornou suas terras em campos de batalha. Segundo Hourani (1991), o império Otomano lutou na sua fronteira nordestina contra a Rússia, e as batalhas nas suas províncias árabes foram principalmente contra os ingleses. Os ingleses avançaram na Palestina e ocupavam toda a Síria. No fim da Guerra, as forças Britânicas ocuparam toda parte da Síria, Iraque, e Palestina e, em 1918, o controle francês e inglês no Oriente Médio e Magreb era mais forte do que nunca, e assim desapareceu a proteção imperial que os Otomanos forneciam para os povos árabes contra os europeus (HOURANI, 1991).

Em maio de 1916 o acordo anglo-francês conhecido como Sykes-Picot dividiu parte do Oriente Médio em duas zonas de influência permanente. E com o fim da guerra, o Tratado de Versalhes estabeleceu que esses países criados a partir de Sykes-Picot teriam sua independência provisoriamente reconhecida enquanto estão sob o mandato inglês e francês (HOURANI, 1991)

O país objeto de estudo nessa pesquisa, a Síria, ficou sob o domínio francês com o fim da guerra. Houve uma tentativa de criação de uma monarquia com independência total da França sob a liderança do Faysal, Filho do Husayn, porém, os franceses conseguiram suprimir tal tentativa fundarem duas entidades políticas, o Estado da Síria e do Líbano (HOURANI, 1991).

Hourani (1991) explica que manter o domínio sobre essas áreas não foi somente para garantir os interesses franceses e ingleses na região, mas também para fortalecer sua posição no mundo. Para a França em específico, manter uma presença militar na Síria e no Líbano foi

de grande importância para fortalecer sua posição como potência mediterrânea e internacional, através do uso da terra pelo seu exército, e dos portos libaneses e sírios pela marinha (HOURANI, 1991). Isso enfatiza a importância geopolítica da região, e explica o interesse dos países ocidentais nessa região desde séculos até a atualidade.

A nova autoridade imperial francesa era diferente da Otomana. Segundo Philip Khoury (1987), a mudança do tipo da autoridade não mudou necessariamente a vida política na Síria, mas a diferença era que a nova autoridade não era considerada legítima, ao contrário da autoridade anterior do Sultan Otomano. Isso fez com que essa nova autoridade seja instável. Khoury (1987) explica que o Império Otomano conseguiu manter o domínio sobre a região mantendo uma identidade religiosa única que incluía semelhanças com as identidades locais. Do outro lado, a França proclamou ser o protetor ocidental dos cristãos da região o que gerou desconfiança na parte da maioria muçulmana que habita essa parte do mundo.

Nessas circunstâncias, as elites e líderes urbanos sírios precisaram encontrar um novo equilíbrio com o governo do mandato francês. Os franceses, igual os otomanos, governavam contando com o apoio das classes superiores e elites, porém, com o surgimento do nacionalismo naquela época, muitos desses líderes se tornaram uma oposição do governo do mandato (KHOURY, 1987).

É necessário explicitar a realidade da vida política na Síria durante aquela época, para entender o funcionamento das elites existentes e a formação das novas elites representantes de minorias favorecidas pelos franceses. Esse período é de grande relevância pois é o início de um processo histórico e político de disputas e rivalidades nacionais que terminam com a construção do Estado Sírio moderno com os Alauitas no poder.

Com o início do domínio francês, as primeiras elites começaram a se formar no território Sírio e essas foram de base econômica, pois eram classe de proprietários rurais que produziam matérias primas para exportação. Esses proprietários contaram com o apoio com os governos estrangeiros para se tornar proprietários modernos (HOURANI, 1991). Tais elites eram de grande utilidade para o governo Francês, pois, o seu plano original era dividir o território que está sob o mandato, e assim cada grupo desenvolveria sua própria identidade e em consequência uma autoridade local leal à autoridade central francesa, fazendo com que o controle do território inteiro seja mais fácil (GRAINGER, 2016).

Damasco e Alepo formaram as primeiras divisões, constituíram uma grande parte do território, além de se constituir principalmente de uma população muçulmana sunita. Uma minoria conhecida como Alauitas ficaram na montanha que ficou conhecida posteriormente

como Jebel Alaweye. Outra minoria de Druz se baseou na montanha de Hawran que também passou a ser chamada de Jebel Al-Druz. Os Franceses pretendiam que cada uma dessas entidades possa ser uma entidade administrativa independente com Chef Sírio no governo sob a autoridade francesa (GRAINGER, 2016).

Segundo Hourani (1991), uma outra elite local estava se formando na época. Essa constituiu das pessoas que tiveram uma educação do tipo europeia. Naquela época explica Hourani, poucas pessoas e famílias tinham acesso a uma educação boa e de qualidade. Algumas dessas famílias mandavam seus filhos e outros membros para França para obter diplomas de ensino superior, alienando assim esses estudantes e os membros das suas famílias das suas tradições e visões do mundo.

Hourani (1991) denomina o processo da formação de tal elite como deslocamento social e psicológico da juventude local. A maioria dos sírios que tiveram a chance de estudar fora eram cristãos, e uma minoria sunita teve esse “privilégio” (HOURANI, 1991). Esse fato gerou uma divisão ideológica entre os diferentes grupos da população que aos poucos começaram a entender a realidades políticas, econômicas e sociais de maneira diferente.

Pode-se afirmar que a formação das novas elites e a divisão territorial da Síria pela França foi fácil graças a diversidade populacional. Pois, mesmo compartilhando muitas semelhanças linguísticas e valores sociais, alguns grupos da população possuíam uma perspectiva diferente sobre a realidade política do país, além de terem interesses políticos e econômicos diferenciados (KHOURY, 1987).

Philip Khoury (1987) descreve a composição populacional da Síria na era do mandato. Assim, ele afirma que a maioria da população Síria na época era de muçulmanos sunita, porém, houve umas minorias de muçulmanos heterodoxos e muitos cristãos. O autor elabora explicando que na Síria que ficou sob o mandato francês depois da Primeira Guerra Mundial, 69% da população era de muçulmanos sunitas; 16% de muçulmanos heterodoxos (Alauitas, Druz, Ismailis...); os 14% restantes eram de grupos cristãos, alguns católicos, e outros ortodoxos gregos além de outras vertentes. Essa divisão religiosa, segundo Khoury (1987), fortaleceu o sectarismo político e social no território, distanciando os diferentes grupos em sentidos que vão além das dimensões espaciais.

Existia também diferenças não baseadas na religião. Nas províncias de Alepo e Damasco, ambas habitadas por muçulmanos sunitas, as tradições políticas e econômicas eram diferentes. As regiões costeiras e as regiões desérticas também tinham suas diferentes orientações e tendências econômicas (KHOURY, 1987).

Como consequência dessas diferenças, havia uma mínima integração política no território sírio com a chegada dos franceses. A integração entre Aleppo e Damasco- as duas principais cidades capitais- durante o domínio do Império Turco Otomano não foi muita extensa, e as duas capitais seguiram uma direção econômica distinta. Damasco tinha relações comerciais com o oeste e o sul, com Líbano e Palestina, enquanto o principal centro comercial sírio durante o domínio Turco, Aleppo, focava seu comércio e a exportação dos seus produtos para os mercados no norte e leste com Iraque e Anatólia (KHOURY, 1987).

O impacto dessas divergências foi evidente na década de 1920. Essa década foi marcada por movimentos nacionalistas e revoltas contra os franceses. A principal revolta da década segundo Khoury (1987) foi dos Druz liderados por Hassan Al-Kharrat que conseguiu um apoio dos turcos interessados em enfraquecer o domínio francês, e de outras partes da população principalmente de Damasco. Essa revolta teve vários episódios marcantes da história Síria, de líderes nacionalistas heróis nos olhos da população que interromperem muitos processos eleitorais locais organizados pelos franceses (WARREN, 2007).

Contudo, explica Khoury (1987), em outras partes do território, não houve tal movimento nacionalista. Khoury destaca Jebel Al-Alaweie como o principal exemplo. Nessa parte do território, explica ele, os alauites eram mais interessados em manter a sua autonomia que os franceses garantiram, além de manter boas relações com outros Estados sob o mandato francês. Sendo assim, as eleições ali ocorrem sem conflitos e um Chefe leal à autoridade francesa foi eleito.

Os franceses tiveram um papel importante também na limitação dos movimentos nacionalistas e proibir a sua expansão por regiões habitadas por minorias, e em consequência o movimento nacionalista não ultrapassou os limites de Damasco, Aleppo, Hama e Homs (FIDILS,2012).

Percebe-se a importância de tal movimento na política local pois enquanto em Jebel Alaweie as eleições ocorreram sem conflitos, em Homs e Hama, tentativas francesas em estabelecer autoridades locais leais através de processos eleitorais organizados por eles mesmos foram fracassadas, pois, as populações dessas regiões mostraram uma resistência política maior recusando a interferência francesa na vida política (KHOURY, 1987).

O distanciamento dos alauitas dos movimentos nacionalistas fez com que eles sejam excluídos da nova formação do Estado Sírio de 1924, e sua região foi administrada de maneira autônoma até 1942 (FIDILS, 2012).

Pode-se perceber então a divergência de realidades políticas e sociais dentro do território Sírio durante o mandato Francês e o começo do distanciamento político e social dos grupos de minorias como os das alauitas desde a década de 1920. Assim, cada grupo regional teve um tipo de relação com o mandato, e essa relação definiu as ideologias políticas futuras de cada um desses grupos.

A relação de cada grupo com o mandato francês dependia da organização política e institucional francesa durante o governo do mandato. Os franceses adotaram uma política de sectarismo na divisão das representações dos sírios em ramos institucionais do governo (FIDILS, 2012). Nessa divisão os alauitas trabalharam nos ramos militares do governo recebendo treinamento militar francês em diversas áreas, e, do outro lado, a maioria muçulmana ficou com os cargos mais políticos e civis (FIDILS, 2012).

Conclui-se no final dessa primeira seção que o governo do mandato francês adotou uma política de sectarismo que facilitou a divisão e controle do território, isolando as minorias como os alauitas dos movimentos nacionalistas e criando um desequilíbrio nas capacidades políticas e militares entre os diferentes grupos étnicos e religiosos do território. Esse desequilíbrio definirá as ideologias e práticas políticas de cada grupo futuramente no processo da independência e formação da República Síria e a sucessão dos seus governos. Ademais, pode-se deduzir que o trabalho dos alauitas nos cargos militares durante o mandato francês serviu como treinamento desse grupo nessa área fornecendo uma experiência acumulativa, o que, nos anos a seguir, diferenciou os alauitas dos outros sírios facilitando a concentração deles nos cargos militares dos governos pós-independência, e, em seguida, utilizar essa experiência militar na execução dos golpes militares.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO SÍRIO COM O FIM DOS IMPÉRIOS (1939-1962)

Em 1936, a França prometeu garantir à Síria uma certa independência não completa, e para isso foi assinado um tratado entre os dois países que estabelece condições primárias para a realização dessa independência parcial, mas a França repudiou os termos do tratado logo depois e permaneceu em solo sírio com suas tropas, ou seja a França permaneceu de fato o governante do país. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Síria ficou sob o controle de um governo francês fascista e pró-alemão, e o território sírio viveu um choque militar entre as forças desse governo fascista e as forças francesas livres e britânicas. Esse período longo de batalhas no território Sírio entre as forças europeias opostas terminou com a tomada da Síria

pelos aliados em 1941, que prometeram uma total independência após o fim da guerra (MANSFIELD, 1991)

Segundo Mansfield (1991) a guerra terminou em 1945 e os franceses renegaram suas promessas. Os sírios resistiram e em 29 de maio de 1945, a França reagiu de novo bombardeando o prédio do parlamento sírio em Damasco, provocando novos protestos na Síria e no mundo árabe. Essa crise atingiu o Conselho de Segurança da ONU, que exigiu que as tropas francesas fossem evacuadas do território sírio. Em 17 de abril de 1946, sob crescente pressão internacional, as últimas tropas francesas foram retiradas da Síria e foi declarado naquele dia a independência da Síria (MANSFIELD, 1991).

A fase pós-independência foi caracterizada por instabilidade política e golpes militares sequentes. Isto foi devido ao fato que quando os franceses se retiraram da Síria, não deixaram nenhuma instituição política funcional no país, sobrando assim apenas a instituição militar, e esta instituição em si não era homogênea e tinha lealdades diferentes. O primeiro golpe ocorreu em 30 de março de 1949 liderado por Hosni Al-Zaim que dissolveu o parlamento, prendeu o presidente Shukri al-Quwatli e o primeiro-ministro Khaled Al-Azm e colocou-os na prisão. Hosni foi pró-ocidental e tentou realizar reformas seculares no estilo ocidental (McHUGO, 2015).

O golpe de Sami Al-Hinnawi veio em resposta ao golpe de Hosni Al-Zaim. Este golpe ocorreu em 13 de agosto de 1949, mas, ao contrário do golpe anterior, ele rapidamente entregou o poder a um homem civil, Hashem Al-Atassi, abrindo caminho para as eleições parlamentares. As eleições estavam marcadas para 15 de novembro de 1949. Os candidatos mais proeminentes foram Michel Aflaq, secretário-geral do Partido Socialista Árabe de Baath, Salah Al-Din Al-Bitar, Mustafa Al-Sibai, um homem muçulmano modernista, e outros (McHUGO, 2015).

Depois de uma certa estabilidade política, um outro golpe ocorreu em junho de 1952 liderado por Adib Shishakli, após o qual o Atassi renunciou. Em 28 de dezembro, Shishakli anunciou a descoberta de uma tentativa de golpe militar liderada por Akram Hourani, Michel Aflaq e Salah al - Din Bitar que foram presos (McHUGO, 2015)

Os golpes militares não pararam nessa década e o novo golpe de 25 de fevereiro de 1954 começou com uma rebelião militar na cidade de Aleppo (McHUGO, 2015). Em seguida, segundo Van Dam (1996) outras lideranças militares se juntaram ao golpe que forçou Shishakli a renunciar e fugir para Líbano e depois para a Arábia Saudita. Uma das acusações apresentadas pelos golpistas a Shishakli é a tomada e monopolização do poder com força. O resultado mais importante desse golpe foi a volta do ex-presidente sírio, Hashem Al-Atassi, ao poder, o que

abriu caminho para o retorno do domínio civil à Síria e definir uma data para a realização de novas eleições parlamentares (VAN DAM, 1996).

A Síria viveu nesta fase um estado de democracia e liberdade o que facilitou o retorno de muitos exilados políticos ao seu país, o mais importante deles era Shukri Al-Quwatli, o ex-presidente sírio, que retornou após cinco anos no exílio. No mesmo ano, foram realizadas eleições parlamentares, nas quais todos os partidos sírios participaram (MANSFIELD, 1991).

Assim, em 18 de agosto de 1955, Shukri Al-Quwatli foi eleito presidente da República Árabe da Síria, que por sua vez designou Said Al-Arabi para formar e organizar o poder executivo. O que diferenciou essas eleições foi a crescente atividade da esquerda representada pelo Partido Comunista da Síria e pelo Partido Socialista Árabe Baath (VAN DAM, 1996)

Em 15 de junho de 1956, foi anunciada a formação de um novo governo executivo liderado por Sabri Al-Asali, que substituiu o governo provisório de Said Al-Arabi. Al-Aasli afirmou em seu comunicado ministerial que trabalharia para alcançar a integração com o Egito e outros países árabes recém-independentes. O anúncio do novo poder executivo ocorreu durante a crise de Suez e o ataque ao Egito executado por alguns países ocidentais representados pela Grã-Bretanha, França e Israel (HINNEBUSCH, 2008)

A crise de Suez na década de 1950 incentivou a Síria e Egito a tentar uma unificação como uma reação a existência do Estado Judeu na região. Essa unificação tinha como base os sentimentos pan-arabistas das figuras populares como Gamal Abdul-Nasser que foi o presidente da República Árabe Unida. A unidade foi estabelecida em 22 de fevereiro de 1958, mas sem uma imagem clara, sem planejamento cuidadoso e sem uma constituição (HOURANI, 1991)

Hourani (1991) explica que quando a unidade foi criada, Damasco começou a perder seu status aos poucos, o que os sírios não podiam tolerar. As pessoas confiavam muito na indústria e no comércio que movimentava a economia, além de que a classe burguesa tinha seu próprio dinheiro, e não se sustentava através do roubo do dinheiro e recursos públicos, como foi o caso durante o governo do Rei Farouk e seus antecessores. Esses fatos apressaram-se a acabar com a unidade com o Egito, e o resultado foi desastroso para o líder pan-arabista, pois a popularidade de Nasser, sem dúvida, declinou na Síria.

Porém, esses sentimentos não desapareceram pois seriam de grande relevância na futura política regional do governo do Assad. A unidade sírio-egípcia foi desejada por uma onda de oficiais sírios que temiam os nacionalistas e conservadores sírios da crescente atividade esquerdista na época. Contudo, as forças sírias que exigiram a unidade com Egito logo se

encontraram à mercê do exército egípcio, que controlou as decisões políticas e econômicas das forças políticas sírias (MANSFIELD, 1991)

Segundo Mansfield (1991) o controle egípcio sobre essas elites e partidos sírios levaram alguns oficiais e políticos liderados pelo coronel Nahlawi a iniciar um novo golpe sobre o projeto da unidade e formaram em 30 de setembro de 1961 um novo governo sírio liderado por Mamoun Al-Kuzbari que estabeleceu uma data para as eleições. Os deputados que eram membros do Conselho de 1958 ganharam essas novas eleições.

O golpe de Nahlawi não durou muito, pois, as diferenças entre os oficiais sírios irromperem novamente e um grupo de oficiais nacionalistas sírios leais ao Egito se rebelaram contra o Nahlawi e invadiram a Cidade de Aleppo. Mais tarde esses nacionalistas se juntaram a um grupo de oficiais leais a Baath, liderados por Hafez al-Assad, Salah Jadid, e Muhammad Imran (MANSFIELD, 1991)

2.3 A ASCENSÃO DO PARTIDO BAATH (1963 -).

Antes de explicar a ascensão do partido Baath da Síria ao poder no início da década de 60, é importante mostrar as origens e evolução desse partido ao longo dos anos.

O estabelecimento do Partido Baath árabe, ainda não influenciado pelo socialismo, foi o resultado das atividades dos intelectuais damascenos, Michel Aflaq e Salah Al-Din Al-Bitar, que estudaram na França e retornaram à Síria em 1933, e começaram a espalhar suas ideias de nacionalismo árabe. Após várias fases políticas e ideológicas, foi anunciado o estabelecimento oficial do Partido Baath em 7 de abril de 1947 no Al-Rasheed Café, em Damasco (GALVANI, 1974)

Os fundadores do Partido Baath eram das classes médias urbanas educadas. Além dos damascenos Aflaq e Bitar, estava entre os fundadores Jamal al-Atassi de Homs, Dr. Faisal Rugby de Hama, Dr. Adib Al-Asfari de Idlib, Dr. Wahib Al-Ghanim de Latakia, Jalal Al-Sayyed de Deir al-Zour, Abdel-Halim Kaddour de Karra, e Mansour Al-Atrash de Al-Suwayda entre outros. Inicialmente foi um partido reformista em seus planos e programas, e não era um partido socialista radical. Buscava a restauração das glórias dos árabes através de sua unidade e o ressurgimento da nação árabe, influenciada pela onda da ascensão do pensamento nacional na Europa (HAY, 2012). O partido era um pequeno partido com influência limitada até o final

de 1952, quando o Partido Árabe Baath se uniu ao Partido Socialista Árabe, de natureza camponesa, liderado pela figura síria carismática Akram Hourani que mudou o nome do partido para Partido Socialista Árabe Baath (HOURANI, 1991)

O papel do partido cresceu na década de 1950, especialmente entre 1954 e 1958, quando um clima democrático nacional prevaleceu com a mesma natureza reformista e radical do partido, tornando-se um bloco parlamentar relativamente grande, com um impacto significativo na criação da RAU (HOURANI, 1991)

Nesse sistema de ideias, o elemento de reforma social e socialismo era a princípio sem importância, mas em meados da década de 1950 o Baath amalgamou-se como um partido mais explicitamente socialista. Nessa forma, sua influência espalhou-se na Síria e nos países vizinhos, Líbano, Jordânia e Iraque, e também nos da península Arábica. Seu apelo estendeu-se além dos estudantes e intelectuais perturbados por questões de identidade, foi particularmente grande entre a geração de oficiais do exército de origem provinciana humilde, e na classe operária urbana de migrantes do campo. Na década de 1950, houve alternâncias de domínio militar e governo parlamentar na Síria; numa situação de poder fragmentado, um partido que tinha uma política clara e apelo popular pode desempenhar um papel que excedia o seu número, e o Baath foi importante tanto no movimento que levou à formação da República Árabe Unida em 1958 quanto em sua divisão em 1961. Também no Iraque, após a revolução de 1958, teve uma influência crescente. (HOURANI, 1991, p. 282)

Com o fim da unidade entre a Síria e o Egito, após o golpe militar de 28 de setembro de 1961, a vida política foi restaurada na Síria e as liberdades públicas retornaram. Ademais, os partidos voltaram a remodelar suas organizações, mas o Partido Baath não retornou como um único partido, fragmentou-se em partidos muito pequenos (HINNEBUSCH, 2008). Os principais partidos resultantes da fragmentação foram segundo Hinnebusch (2008):

2.3.1 Primeiro: Dois Partidos Baath:

O primeiro é o Partido Socialista Árabe Baath, liderado pela histórica Liderança Nacional: Michel Aflaq, Salah Al-Din Al-Bitar, Munif Al-Razzaz, Shibli Al-Esami e outros. Esse partido condenou a secessão e levantou novamente a ideia de retorno imediato à unidade com o Egito.

O segundo, o Partido Socialista Árabe Baath com uma nova liderança que é separada da Liderança Nacional. Os três líderes desse partido (Aflaq, Al-Bitar e Al-Hourani) foram

considerados responsáveis por dissolver o partido e, portanto, o fracasso da unidade, e levantaram o slogan “nenhuma unidade sem democracia”. Mas logo surgiram disputas entre esses três sobre a adesão de novos membros que foram divididos na prática em três grupos dentro deste partido, cada subgrupo seguia um dos três líderes originais.

Segundo

2.3.2 : Dois partidos Nasseristas:

1. O Partido da União Socialista, liderado por Jamal Al-Atassi, é composto por ex-baathistas, nacionalistas árabes e outros.
2. O movimento socialista sindicalista, liderado por Fayez Ismail, é composto por ex-baathistas também além de outros nasseristas.

A partir dessa divisão, pode-se dividir o período do Baath no poder em duas partes: O primeiro período do Partido Baath no poder foi entre 8 de março de 1963 e 23 de fevereiro de 1966:

O coronel Ziad Hariri, então líder da Frente Síria, aliou-se a nasseristas, baathistas, nacionalistas árabes e alguns oficiais independentes e encenou um sucedido golpe de estado em 8 de março de 1963. Aproveitando a fragilidade da sociedade síria e de suas instituições que Abdul-Nasser causou durante a união entre os dois países (MANSFIELD, 1991). Os oficiais do golpe não tiveram tempo de resolver suas diferenças e logo se formou uma linha de conflito entre os nasseristas, principalmente sunitas, e os oficiais baathistas, principalmente de minorias. Os baathistas conseguiram tomar o controle no final, porque os golpistas concordaram em deportar Ziad Al-Hariri e nomear o general Amin Al-Hafiz como líder do Conselho do Comando Revolucionário (AFLAQ, 2015)

A influência dos baathistas se tornou forte devido ao retorno de 90 oficiais do exército desmobilizados, que foram desmobilizados após a separação. Entre os desmobilizados estavam Salah Al-Jadid e Hafez Al-Assad, que foram transferidos para a Seção de Transporte Marítimo do Ministério da Economia. Os baathistas formaram uma força grande e coesa, a maioria deles eram de grupos de minorias e do interior. Em 18 de julho, os nasseristas tentaram um golpe militar que acabou fracassando. Os baathistas usaram esse golpe como uma desculpa para desmobilizar todos os oficiais que não são leais à nova liderança (AFLAQ, 2015).

Depois de 1963, segundo Galvani (1974), alguns baathistas que tinham separados da Liderança Nacional voltaram à organização do partido no poder. O partido adotou o "caminho árabe para o socialismo" em vez do "socialismo árabe", que significa a adoção oficial do partido neste momento do socialismo científico. A partir desse momento, os baathistas se tornaram um partido único, e os dois partidos nasseristas permaneceram independentes em oposição ao novo regime. Ademais, os socialistas árabes se tornaram independentes e o grupo marxista se tornou independente da organização.

Nesse período, adiciona Galvani (1974) o governo Baath adotou medidas sociais familiares restabelecendo e aprofundando a reforma agrária que Abdul-Nasser havia iniciado durante o período da união. A Autoridade Baath também nacionalizou empresas industriais, comerciais e de serviços privados, incluindo bancos. Além disso, a nova autoridade aplicou o mesmo padrão de governança da união com Egito, isto é, o confisco das liberdades públicas e das liberdades de organização e expressão, a prevenção do estabelecimento de partidos e a prevenção de suas atividades.

O Segundo período de Baath no poder: entre 23 de fevereiro 1966 e 16 de novembro de 1970: O conflito entre duas alas do Partido Baath logo eclodiu. O primeiro liderado pela liderança histórica civil do partido sob a liderança de Michel Aflaq que possuía uma orientação reformista moderada, e o segundo grupo incluiu oficiais jovens baathistas de origens rurais e minoritárias que possuíam uma tendência radical de esquerda para tentar construir um partido ao estilo leninista. O conflito foi resolvido em outro golpe em 23 de fevereiro de 1966, liderado por Salah Jadid e um grupo de oficiais liderados por Salim Hatoum. Hafez Al-Assad se aliou a esse ala, e a liderança histórica civil, conseqüentemente, foi deportada após o golpe (GALVANI, 1974)

Durante esse período, a liderança da autoridade Baath constituiu na seguinte maneira: como chefe de estado Nur Al-Din Al-Atassi; O primeiro ministro Youssef Zain; O ministro das Relações Exteriores Ibrahim Makhos. Entre os oficiais do exército surgiu o nome do líder do golpe Salah Jadid, além de Hafez Al-Assad, que se tornou ministro da Defesa depois de comandar a Força Aérea. A tendência radical da nova autoridade se formou a partir desses chefes (AFLAQ, 2015).

Entretanto, Galvani (1974) indica que o conflito logo emergiu nesse novo grupo, e Salim Hatoum, comandante dos paraquedistas, organizou uma tentativa de golpe em setembro de 1966 por sentir-se marginalizado pela liderança, apesar do grande papel que desempenhou nos golpes

de 1963 e 1966. Contudo, seu golpe falhou e fugiu para a Jordânia, mas voltou à Síria após a derrota árabe na guerra dos 6 dias contra Israel, acreditando que a derrota abriria uma nova porta em seu relacionamento com a liderança do estado, mas essa liderança o executou em 26 de junho de 1967.

A partir de 23 de fevereiro de 1968, começou uma nova rivalidade entre Salah Jadid, que procurou fortalecer seu poder nas fileiras do partido seguindo o modelo leninista, em que o partido liderava o estado e suas instituições, incluindo o exército, e, Hafez Al-Assad, que procurava consolidar sua autoridade no exército e na segurança, e procurava obter a lealdade de outros oficiais do exército (VAN DAM, 1996)

Segundo Van Dam (1996), o conflito entre as duas figuras Baathistas se tornou pública. Jadid representou uma tendência radical de esquerda, enquanto Hafez Assad assumiu um caráter reformista. Durante as rodadas de rivalidade entre Jadid e Al-Assad e sua transformação em conflito aberto, Abdul Karim Al-Jundi cometeu suicídio. Ele era o chefe do aparato de segurança do estado, que ele fundou seguindo os modelos dos serviços de segurança dos países socialistas, e era hostil a Hafez Al-Assad.

Após a intensificação do conflito, acrescenta Van Dam (1996), e as crescentes diferenças nas tendências das políticas internas e externas entre Jadid e Al- Assad, o Partido Baath realizou sua décima conferência no final de outubro de 1970 e durou quase duas semanas. A conferência decidiu remover Hafez Al-Assad do Ministério da Defesa. Porém, Al-Assad sabia o que estava sendo preparado, e ele também se preparou para um golpe militar em 16 de novembro de 1970, que derrubou a liderança de Baath, deu ao golpe o nome de “Movimento Corretivo”, e prendeu a liderança do partido e do estado que não o apoiava que ficaram na prisão até a morte.

Hafez Al- Assad foi bem recebido por muitos atores nacionais, regionais e internacionais. Ele foi recebido pelos partidos nacionalistas e esquerdistas sírios por ter expressado sua intenção de formar uma frente política progressista. E por ter expressado a sua intenção de consolidar as relações com o Egito e com os Estados do Golfo, foi acolhido pelos países árabes. E internacionalmente, porque não era tão aventureiro quanto Salah Jadid, foi acolhido pelos soviéticos, e por ter uma tendência menos revolucionária foi acolhida pelos países ocidentais (VAN DAM, 1996). Depois que Hafez Assad assumiu o poder em 22 de fevereiro 1971, ele dedicou toda a sua atenção à organização do exército, da segurança, do partido e do resto das instituições estatais sírias como um todo (GALVANI, 1974).

Todos os golpes conspirados contra Assad falharam e foram descobertos antes de serem executados. Assim, Hafez Al-Assad permaneceu no governo do país até sua morte em 2000. Um mês depois da morte do seu pai, Bashar Al-Assad se tornou o novo presidente da República Árabe da Síria seguindo os passos do seu pai e concentrando o poder nas mãos da sua família e dos Alauitas (VAN DAM, 1996).

3 O GOVERNO DO AL-ASSAD NOS OLHOS DA OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL, REGIONAL E INTERNACIONAL.

3.1 OS SUNITAS, ALAUITAS E OS CURDOS DA SÍRIA:

Como foi explicado no primeiro capítulo dessa pesquisa, o acordo de Sykes-Picot entre França e Inglaterra dividiu a região do oriente médio em duas partes e definindo fronteiras criando países que juntaram populações de diferentes religiões e etnias. A Síria que ficou sob o mandato francês juntou indivíduos muçulmanos, cristãos, judeus, alauitas e curdos. Para essa pesquisa, é relevante focar nos muçulmanos sunitas que são a maioria da população total, os alauitas que são minoria no poder, e os curdos que ainda não possuem a maiorias dos seus direitos civis e políticos.

3.1.1 Os Sunitas:

Após o golpe de estado de 1963 e a ascensão do Baath ao poder, ficou claro que os a maioria sunita da população iria sofrer com impactos sociais e econômicos com um poder concentrado na mão do Baath e dos alauitas (FILDIS, 2016). Segundo Fildis (2016), a rivalidade entre os sunitas e os alauitas atingiu um novo nível quando o comitê de golpe militar demitiu milhares de oficiais sunitas e recrutou milhares de jovens alauitas no exército. As demissões nas centenas atacaram todos os oficiais militares das cidades sunitas, além de armas da marinha. Pilares de guerra e seus oficiais e soldados, estavam sobre o domínio dos alauitas.

Desde que chegou ao poder, o Partido Baath emitiu um imposto de nacionalização que causou enormes danos à base econômica administrada pelos proprietários sunitas, incluindo centenas de milhares de hectares de terras agrícolas e grandes empresas industriais. Em troca, milhares de alauitas foram empregados em empresas nacionalizadas e receberam muitas terras às custas dos proprietários originais (BEM-TZUR, 1968). Os golpistas emitiram uma lei em 13/03/1963, que estipulava a abolição dos 17 jornais mais importantes e impressos no país,

seguiu em 25 do mesmo mês outra lei punindo 30 jornalistas sunitas com isolamento civil, impedindo-os de exercer a profissão e privando-os de seus direitos civis, como emprego, se candidatar às eleições e votar (BEM-TZUR, 1968). Além das violações dos seus direitos civis e sociais, a população sunita enfrentou uma tragédia no início da década de 80. Em 2 de fevereiro de 1982, o exército do regime sírio lançou uma campanha militar que durou 27 dias contra o que chamou de desobediência da Irmandade Muçulmana na cidade de Hama matando milhares civis da cidade (RASSA, 2014).

Pode-se concluir que esse massacre serviu como uma lição para o resto da população sunita de outras regiões que pretendia qualquer tipo de movimento popular em oposição ao governo. Ao decorrer dos anos até o ano de 2011, percebe-se que a maioria sunita da população viveu com constante medo do governo e seus pilares e inteligência toda concentrada na mão do Al-Assad e seus chefes no governo. Devido a esse fato, a população não conseguia expressar sua insatisfação com o governo.

3.1.2 Os Alauitas:

Nas últimas décadas, a atitude dos alauitas em relação ao regime de Al-Assad passou por mudanças significativas. Na década de 1970 algumas famílias alauitas eram opostas ao regime e por isso foram humilhadas pela família Al-Assad por muitos anos, e muitos de seus filhos foram presos e alguns foram mortos, como o poeta Hassan Al-Khair (HINNEBUSCH, 1991).

No final da década de 1970 e início da década de 1980, houve uma ameaça à autoridade de Al-Assad como resultado de protestos populares e tensões sectárias acompanhadas com uma série de incidentes e assassinados. No entanto, após esses eventos, Hafez Assad conseguiu trazer a maioria dos alauitas para seu lado, e um de seus meios mais importantes era envolver uma proporção crescente de alauitas em grandes massacres contra outros grupos, para garantir que eles permanecessem com ele, como o massacre da cidade de Hama em fevereiro de 1982. Como resultado dessa lealdade, grandes grupos de alauitas conseguiram cargos públicos em diferentes setores econômico o que garantiu a eles uma melhor qualidade de vida (HINNEBUSCH, 1991).

Porém, em 1984, segundo Van Dam (1996) Riifat Al-Assad se juntou à oposição alauita contra o governo de Hafez Al- Assad. Riifat se apresentou como uma opção mais democrática do seu irmão mesmo sendo ele que foi pessoalmente responsável por alguns crimes, como o massacre de Palmira e outros. No entanto, havia dezenas de alauitas leais a Rifaat na Síria e em

Jabal Mohsen no norte do Líbano, porém, esses aos poucos abandonaram Riifat enfraquecendo a sua tentativa de oposição que desapareceu eventualmente.

Anos depois, na década de 1990, após a morte de Basil Al-Assad (Filho do Hafez) no acidente de carro, a maioria dos alauitas argumenta Rassa (2014) começaram a temer o futuro, especialmente com a deterioração da saúde de Hafez Assad, que não podia ser escondida. Por causa desses fatores, a maioria dos alauitas preocupados com outro tipo de governo, intensificaram a sua lealdade ao líder alauita e aceitaram Bashar Al-Assad como um candidato futuro qualificado a presidência.

Desde então, tem havido uma sensação de instabilidade e insegurança entre a maioria dos alauitas, o que os levou a se reunir em torno de Bashar Al-Assad. O que uniu os alauitas ainda mais foi o fato que Bashar Al-Assad foi acusado de assassinar o primeiro ministro do Líbano, Rafik Al-Hariri em 2005, além da retirada do exército sírio do Líbano na época o que enfraqueceu a imagem do chefe Sírio na própria Síria. Assim os alauitas sentiram se obrigados a unir em torno da figura do Bashar nesse momento para não arriscar uma mudança de governo que pode prejudicar seus interesses e privilégios que seguraram em diferentes épocas do governo da família Al-Assad (RASSA, 2014).

3.1.3 Os Curdos:

Antes do final da Primeira Guerra Mundial, a maioria do povo curdo fazia parte do Império Otomano e uma proporção menor fazia parte do Estado do Irã. Com a divisão do território do Império Otomano sob o Acordo de Sykes-Picot, a maior parte dos curdos permaneceu no território do estado turco, enquanto alguns deles foram deslocados para Iraque. Uma proporção menor da fronteira sul da Turquia passou a fazer parte do novo estado sírio (HOURANI, 1991). Apesar de fatores comuns como idioma, história e geografia que reuniam curdos nesses países eles foram espalhados e obrigados a viver com populações que não compartilhavam esses fatores comuns (ZIADEH, 2009)

Os curdos tornaram-se parte da preocupação nacional síria. Após a independência, essa luta de identidade permaneceu relativamente calma, movendo-se em um ritmo lento, onde encontrou suas expressões na forma de associações culturais curdas e outras expressões nacionais simples, até que se manifestou claramente na segunda metade do século XX, quando os movimentos identitários começaram a se manifestar mais (ZIADEH, 2009). Em meados de junho de 1957, um grupo de intelectuais curdos anunciou o estabelecimento da primeira organização política nacional curda síria na cidade de Aleppo, sob o nome de Partido

Democrata Curdo. O partido pedia a libertação do Curdistão por meio da revolução e foi liderado pelo Dr. Nouredine Zaza, Secretário Geral do primeiro partido curdo na Síria (YILDIZ, 2006)

No entanto, relata Yildiz (2006), a maioria dos líderes do partido foi presa pela autoridade Síria após um curto período da formação do partido. Depois de serem libertados da prisão, os líderes reconsideraram seu programa e o limitaram a exigir os direitos culturais e sociais dos curdos. Depois de muitas fragmentações entre as lideranças, o partido sofreu um colapso político, social e cultural. A marginalização dos curdos intensificou com a chegada do Partido Baath ao poder na década de 1960. A partir disso, os governos Sírio começaram a adotar políticas de arabização da população e a consequente marginalização dos curdos. Das políticas adotadas pelo governo Sírio de Al-Assad, relata Ziadeh (2009):

1. O deslocamento dos curdos para o interior da Síria.
2. Adoção de uma política baseada no não estabelecimento de escolas, institutos científicos e outros na região habitada por os curdos.
3. Realização de um censo e estudo da nacionalidade dos habitantes da região, assumindo que todos os curdos residentes tenham cidadania turca. O estudo começa com aqueles que possuem a nacionalidade síria, se eles não tiverem pago os impostos, a nacionalidade seria retirada, e se a pessoa tiver duas ou mais nacionalidades, deverá retornar à sua primeira nacionalidade (que não seja a síria) e depois, aqueles que foram despojados da nacionalidade síria serão deportados. Diminuir as oportunidades de emprego. Além de que o processo de reforma agrária deve impedir que os curdos possuam e arrendem terras.
4. Incitar os árabes aos curdos por meio de uma campanha de propaganda étnica.
5. Negar o status religioso dos Sheikes curdos.
6. Abrigar árabes extremistas nas fronteiras das áreas curdas para monitorar os curdos enquanto aguardam seu deslocamento.
7. Negar o direito de votar àqueles que não falam árabe.
8. Proibir a emissão da nacionalidade síria àqueles que desejam morar na região dos curdos, qualquer que seja sua nacionalidade.

Percebe-se então que os Curdos da Síria foram marginalizados ao longo dos anos, e privados dos seus direitos sociais e políticos básicos. Ademais, o governo Sírio não reconheceu a identidade curda o que intensificou os sentimentos separatistas dos curdos que acabaram se aliando aos EUA na guerra civil atual contra o governo do Bashar Al-Assad.

3.2 HEZZBOLLAH E OS XIITAS E SEU APOIO AO GOVERNO DO AL-ASSAD:

Para os Xiitas do Líbano, Hafez Al-Assad e seu filho Bashar são considerados figuras heroicas árabes no conflito constante com Israel. A forma em que a família Al-Assad tomou e permaneceu no poder não é questionada pelos Xiitas geralmente e, conseqüentemente, eles consideram o governo Sírio legítimo. Para entender porque esse grupo legitima e até glorifica a figura do Al-Assad, é preciso entender as ideologias e doutrinas dos xiitas do Líbano, e falar do Hezbollah, partido político e milícia libanesa que possui o apoio da maioria dos Xiitas do Líbano.

O Hezbollah é um movimento popular muçulmano xiita fundado em 1982, ele contribuiu para a libertação do Líbano em 1985 através das operações das suas milícias que ocorreram em Tiro, Beirute e outras áreas contraposições e centros militares israelenses. Em 2006, o partido conseguiu repelir a agressão israelense ao Líbano e frustrar todos os objetivos estabelecidos pela entidade sionista em sua guerra, que os israelenses chamaram de Segunda Guerra do Líbano (ALAGHA, 2011). As bases ideológicas do partido segundo Alagha (2011), fundamentam-se nos princípios ideológicos islâmicos, incluindo: o princípio do Deus Único; o princípio da jihad, ou a guerra santa; e o princípio do Wilayat Al-Faqih que vincula esse grupo com a liderança muçulmana xiita da República Islâmica do Irã.

A teoria de Wilayat Al-Faqih, de acordo com Qassem (2005), é a crença de que: O Profeta é o Mensageiro de Deus, que introduziu o santo princípio de Shari'a. Depois do Profeta, vêm os imãs infalíveis, desde imã Ali Ibn Abi Taleb até o imã al-Mahdi. Na ausência do imã infalível, o público precisa adquirir orientação para aplicar a Shari'a na sociedade (QASSEM, 2005). Khomeini considerou ilógico que Deus tenha limitado sua santa mensagem do Islã ao profeta Muhammad e seus sucessores. Com base nessa visão, ele considera que deve haver o que ele chamou de "Wilaya" - que significa confiar o poder religioso a algumas figuras religiosas selecionados com capacidade de emitir e moldar regras religiosas conforme seus entendimentos e estudos da época - para guiar os muçulmanos até o aparecimento de Al-Mahdi. A autoridade do jurista-teólogo é, portanto, uma continuação do governo do Profeta e dos imãs infalíveis. Waliyy Al-Faqih é considerado o árbitro que molda a jurisprudência enquanto aguarda o aparecimento do Imam Al-Mahdi (QASSEM, 2005)

Ademais, segundo Qassem (2005), a autoridade geográfica e espiritual do Waliyy Al-Faqih não se limita a um território. "O grau de autoridade concedido ao jurista-teólogo é obviamente alto, pois ele é encarregado de implementar a jurisprudência islâmica, proteger a

estrutura islâmica, tomar decisões políticas de peso e influência consideráveis no interesse geral da nação (QASSEM, 2005, p. 54).

O estabelecimento de um Estado Islâmico que unifica a nação muçulmana é uma expressão do alvo final do Hezbollah e representa a justiça pela qual se aspira. No entanto, o partido separa a visão intelectual da aplicação prática desse alvo. No nível prático, isso requer a existência do território e população que aceita o estabelecimento desse estado, a população assim tem o direito de escolher a forma do governo que arbitra na sociedade. O estabelecimento do Estado Islâmico não pode se basear no desejo de um grupo único e autoritário, sendo assim então esse grupo trabalha para ganhar a confiança dos diversos grupos sociais ao longo do tempo (ALAGHA, 2011). A primeira expressão oficial do estabelecimento desse Estado veio na carta aberta, anunciada pelo Hezbollah em 1985, dizendo:

“Afirmamos que estamos convencidos que o Islã é a doutrina que garante a ordem. Se permitirmos que nosso povo escolhesse livremente a forma de governo no Líbano, eles não favorecerão o Islã como uma alternativa e, portanto, pedimos que o regime islâmico seja baseado na escolha livre e direta de pessoas, não com base na força, como é imaginado por alguns.” (KASSEM, 2008, não paginado, tradução nossa)

O partido acredita que a jihad é o motor e a origem do seu movimento. O partido também argumenta que a escolha da jihad é relacionada à extração e restauração de direitos, que é o caminho natural para enfrentar a injustiça (SAAD-GHORAYEB, 2012). A estrutura organizacional que formou o corpo do Hezbollah representou vários grupos diferentes, principalmente o Partido dissolvido xiita libanês (Dawa), membros do Partido Amal, forças religiosas Xiitas (Sheikes e estudiosos), alguns ex-membros de organizações palestinas (Fatah), além de alguns ativistas xiitas que desertaram outros partidos nacionais libaneses, e finalmente fluxos independentes de jovens xiitas influenciados pelo sucesso da revolução no Irã (SAAD-GHORAYEB, 2002)

A presença organizacional do Hezbollah no Líbano, que começou em 1982, foi precedida por uma presença intelectual e ideológica centrada nas mesquitas e nas figuras religiosas como o Sheikh Hussein Fadlallah que teve um papel importante na composição de uma atividade ideológica no sul (QASSEM, 2005). A revolução de 1979 no Irã foi liderada pelo Aiatolá Kamenei, e essa revolução foi um forte impulso para o crescimento do Hezbollah devido ao vínculo sectário e político entre os dois lados. Por isso, O Hezzbollah anunciou em 1985 o seu compromisso com as ordens de liderança do Wilayat Al-Fakih representada na figura do Aiatolá Moussaoui Al-Khomeini (QASSEM, 2005).

Assim, os membros do Hezbollah são libaneses xiitas que segundo Stewart (2010) são afiliados ao Irã e consideram o Aiatolá Ali Kamenei, O Líder Supremo da Revolução Iraniana, a maior autoridade religiosa do mundo¹. Essa conexão ideológica e doutrinária com o Irã logo encontrou sua tradução direta em apoio político-militar direto da República Iraniana ao partido. Assim, pode-se concluir que a ideologia dos Xiitas do Líbano é muito ligada ao partido político que os representa, que em sua vez possui uma política e ideologia ligada a liderança do Wilayat Al-Fakih do Irã representada na figura do líder religioso Iraniano Ali Kamenei. Portanto, Hezbollah encontrou um aliado estatal na região para enfrentar ao longo dos anos o Estado de Israel na fronteira sul, que em sua vez tem os EUA como seu aliado principal, e os países árabes como Síria seus inimigos regionais. Israel, então, é um inimigo comum entre Hezbollah e Síria.

As alianças externas são uma importante fonte de apoio ao Hezbollah. Nos últimos anos, o partido dependeu fortemente da sua aliança com Teerã e Damasco. Nesse contexto, o Irã representou a autoridade religiosa e intelectual do Hezbollah enquanto a Síria é o aliado regional estratégico mais importante do grupo Xiita (STEWART, 2010). Então, uma das estratégias do Hezbollah era estabelecer uma aliança estratégica importante com a Síria, especialmente porque a Síria tem uma enorme influência no Líbano e considera o Líbano como parte de seu território histórico e como uma extensão geográfica natural da Síria (STEWART, 2010). O apoio político Sírio do Hezbollah foi beneficiário para o último em suas relações internas com as forças libanesas nacionais e, no exterior, a Síria se tornou um suporte importante para o Hezbollah no caso de uma crise em nível regional. Além disso, a Síria fornece um apoio militar e logístico para Hezbollah, sendo que parte do território sírio foi ao longo dos anos um campo de treinamento militar para o grupo xiita (NORTON, 2007).

Em 2013, no meio do conflito do regime do Al-Assad com os grupos revolucionários na Síria, O líder do Hezbollah Hassan Nasrallah, anunciou oficialmente a participação do partido ao lado de do Al-Assad, apoiando militarmente e logisticamente. Isso representou uma intervenção xiita composta pelo Hezbollah e facções xiitas iraquianas e iranianas e algumas outras facções xiitas de outros países. É uma intervenção importante para manter Assad no poder junto ao fator mais importante que é a intervenção militar russa (PIERINI,2013).

¹ . Isto contrasta com visão do islã sunita que considera o líder saudita com a maior autoridade religiosa. Esta oposição de ideia constitui a principal base da oposição entre Arabia Saudita e Irã ao lado das questões geopolíticas.

É importante quando falar sobre a relação do Líbano com o regime sírio, apontar para o fator geográfico e a ligação entre alguns políticos no Líbano, incluindo o Hezbollah, com a crise síria. A localização geográfica do Líbano e suas fronteiras com a Síria fizeram deste último uma porta geográfica vital para o Hezbollah se movimentar na região. A Síria representa a porta pela qual passa, sem controle estrito, o equipamento militar e o apoio logístico que Hezbollah recebe de alguns países pertencentes ao chamado eixo de objeção (PIERINI, 2013). Assim, a intervenção do Hezbollah na Síria evoluiu gradualmente, desde a proteção da sua fronteira de segurança em Beqaa e através da fronteira Líbano-Síria, até a proteção de santuários religiosos xiitas em Damasco e, ademais, mostrou um grande envolvimento militar em uma tentativa de proteger o regime de colapso.

A esse respeito, a intervenção do Hezbollah na Síria pode ser explicada em termos de seu papel de defensor em nome dos interesses regionais do Irã (PIERINI, 2013). Dois objetivos estratégicos foram atendidos pela intervenção do Hezbollah na Síria. Como Thomas Juneau (2016) argumenta, o território sírio desempenha um papel crítico ao permitir que o Irã canalize seu apoio militar ao Hezbollah, por via aérea e depois por terra até o Líbano. O segundo objetivo é a sobrevivência do regime sírio, sem o qual o equilíbrio regional de poder desloca em oposição do Irã.

Hezbollah expressou seu apoio aos oprimidos dos povos árabes durante as manifestações da Primavera Árabe. Esse apoio é devido a sua retórica política que inclui princípios humanitários. Por isso, foi questionada a credibilidade do partido por Pierini (2013) em relação a esse princípio quando as manifestações começaram na Síria, declarando uma revolução, e exigindo mudanças políticas e sociais que acabam com o Governo do Al-Assad que continua sendo apoiado pelo Hezbollah. Segundo Pierini (2013) o Hezbollah argumentou que cada regra tem uma exceção, e o caso da Síria é uma exceção dentro dessa cadeia de revoluções da Primavera Árabe. Assim, para eles, a revolução síria não é uma revolta popular contra um regime autoritário que não respeita o conceito de instituições, é uma conspiração para enfraquecer o eixo de objeção e resistência anti-imperialista na região.

4 A SÍRIA NO SISTEMA INTERNACIONAL: PRINCIPAIS ALIANÇAS E OPOSIÇÕES.

Desde a ascensão do Al-Assad, a Síria passou a tomar uma posição importante no sistema internacional. Sendo uma das forças opostas à existência do Estado do Israel na região, tornou

um dos atores principais na turbulência geopolítica que o Oriente Médio vive desde a segunda metade do século XX. Hoje a Síria é um dos principais aliados do Irã, e a sua relação com os EUA está tensa. A relação com a Turquia mudou ao longo dos anos dependendo das circunstâncias. Assim, para entender os discursos desses estados em relação ao governo do Al-Assad, é necessário estudar as relações históricas e atuais entre eles e o governo Sírio considerando fatores políticos, ideológicos e econômicos.

4.1 IRÃ: UM DOS PRINCIPAIS ALIADOS DA SÍRIA DO AL-ASSAD.

A Síria é uma aliada próxima do Irã, apesar das diferenças ideológicas entre a ideologia nacionalista árabe do partido Baath, no poder da Síria, e a política islâmica do Irã. O Irã e a Síria são aliadas estratégicas desde a guerra Irã-Iraque, quando a Síria ficou do lado do Irã contra o Iraque de Saddam Hussein. Os dois países compartilharam sua hostilidade comum ao presidente iraquiano Saddam Hussein e possuem agendas opostas aos Estados Unidos e Israel (GOODARZI, 2006).

A Síria tem cooperado com o Irã ao longo do tempo enviando armas para grupos palestinos e Hezbollah no Líbano desde as primeiras guerras da Síria e outros países árabes com Israel depois de 1948 (GOODARZI, 2006).

Segundo muitos especialistas em relações do Oriente Médio, as parcerias sírio-iranianas resultam de sua realidade geopolítica. A relação entre os dois países é considerada para muitos como um casamento de conveniência, embora em épocas anteriores se acreditasse ser uma aliança oportunista contra a ameaça do Iraque (GOODARZI, 2006).

Durante a guerra civil síria, o Irã e a Rússia fizeram um esforço extenso, intenso e integrado para manter o presidente sírio Bashar Al-Assad no poder. O Irã, a Síria, o Iraque e a Rússia também formaram uma coalizão antiterrorista baseada em Bagdá. Os Estados Unidos e o Reino Unido consideram o Irã e a Síria como patrocinadores estatais do terrorismo e os colocaram no eixo do mal, dadas suas supostas atividades terroristas (POULADI, 2006).

O Irã envia milhões de dólares em doações a Damasco todos os anos e apoiou a Síria contra o boicote internacional após o assassinato de Hariri em 2005. Síria e Irã são parceiros contra Israel, EUA e Iraque; a oposição contra eles é o que os unifica. “Eles têm interesses divergentes quando as coisas são boas na região, mas quando as coisas se deterioram; eles têm razões óbvias para se unirem” (POULADI, 2006, p. 15).

Segundo Milani (2013) a aliança Irã-Síria é uma das principais prioridades do projeto regional do Irã. Teerã pode conectar uma cadeia geográfica de influência regional, do oeste do

Irã ao Iraque e à Síria, que regula a influência iraniana no Líbano e nos territórios palestinos ocupados. Essa visão mais recente se tornou uma das excelentes cartas para o Irã impor sua presença regional, seja por contato direto com Israel ou por significativa pressão moral sobre os principais países árabes. Como o Irã está historicamente e ideologicamente associado aos Xiitas no Líbano, a Síria é ponte estratégico que liga geograficamente os dois lados. Essa capacidade iraniana em tecer alianças, seja com partidos no Iraque, ou com outros que adotam hostilidade ideológica aos EUA no Líbano serve seus interesses nacionais.

Do seu lado, a Síria expressa sempre a importância da aliança com Irã, o presidente Sírio Bashar Al-Assad expressou em várias ocasiões como é importante para Damasco manter uma forte relação com Teerã como parte do plano regional da Síria para fortalecer seu papel como ator-chave na região. Em entrevista a Charlie Rose em 26 de maio de 2010, Bashar Al-Assad declarou o seguinte:

Normalmente você deve ter boas relações com seus vizinhos, algo que aprendemos com a nossa experiência nas últimas décadas. Estivemos em conflito, Síria e Turquia, Iraque e Turquia e outros países. O que conseguimos? Nada. Perdemos há décadas. Aprendemos aqui na última década que temos que mudar a maré, para que todo mundo esteja tendo um bom relacionamento com o outro, mesmo que ele não tenha a mesma visão ou eles - mesmo que discordem da maioria das coisas, não algumas coisas. Então, essa relação, Síria / Iraque, somos vizinhos. Síria / Turquia, somos vizinhos. Nós nos afetamos diretamente. O Irã não é meu vizinho, mas, no final, o Irã é um dos grandes países do Oriente Médio, e é um país importante, desempenha um papel e afeta diferentes questões na região. Portanto, se você deseja desempenhar um papel, ajudar a si mesmo e salvar seus interesses, deve ter boas relações com todos esses países influentes. É por isso que essa relação, eu acho, é muito normal.” (ROSE, 2010. não paginado, tradução nossa)

4.1.1 AS RELAÇÕES SÍRIA-IRÃ ANTES DE 1979:

A ideia de nacionalismo árabe que prevaleceu nos países do Oriente Médio, incluindo a Síria nas décadas de 1950 e 1960, foi confrontada com a ideia de nacionalismo imperial persa adotado pelo ex-Xá Mohammad Reza Pahlavi.

A rivalidade entre estados árabes, influenciados por ideias nacionalistas, e o Xá foi acentuada nesse período, pois este último fazia parte do sistema pró-ocidental. Após a morte de Gamal Abdel Nasser e o surgimento de um vácuo ideológico e carismático na região, o conflito

entre as alas do Partido Baath na Síria e no Iraque emergiu e atingiu um estágio avançado de hostilidade no final da década de 1970. O conflito baathista-baathista foi uma forte motivação para o tomador de decisão em Damasco abrir uma nova janela para as relações sírio-iranianas porque, do ponto de vista sírio, o fortalecimento das relações com o Irã colocaria o Iraque no meio de dois aliados, o que reduziria suas capacidades no confronto político com a Síria (HIRSCHFELD, 1986).

Guiada por essa ideia, a hostilidade ideológica da Síria em relação ao Xá do Irã transformou-se lentamente em um relacionamento sírio-iraniano ponderado pelo equilíbrio do conflito com o Iraque e pela situação na região. As medidas políticas entre a Síria e o Irã refletiram-se nas relações econômicas entre eles. Um acordo econômico foi assinado entre os dois países em 1974, culminando no progresso das relações com a visita do presidente sírio Hafez Al-Assad a Teerã em dezembro de 1975 (HIRSCHFELD, 1986).

Até a queda do Xá em 1979, as relações sírio-iranianas não se concretizaram no mesmo nível que nas décadas seguintes, mas eram um indicador importante do entendimento da Síria do peso do Irã nas questões políticas do Oriente Médio e o aparente desejo do Irã de diversificar suas relações regionais (POULADI, 2006).

Além disso, existe a possibilidade de cooperação entre os dois países na questão libanesa, mesmo antes da vitória da revolução Iraniana. O Irã e os xiitas do sul libanês estão ligados com um vínculo histórico que estende até os dias de hoje.

Segundo Hirschfeld (1986) o Xá, Mohammad Reza Pahlavi, adotou uma política de proteção do Líbano, não em termos de dimensões ideológicas, mas em termos de expansão da influência regional do Irã na região. Após o surgimento do crescente papel do Imam Musa Al-Sadr, iraniano de origem e nacionalidade, que emigrou para o Líbano em 1957, e sua contribuição definitiva na consolidação das fileiras da comunidade xiita libanesa para exigir uma maior participação do estado libanês, surgiu um ponto de encontro comum entre a Síria, que considerava o Líbano como um assunto sírio local, e o Irã, que não abandonou suas ambições regionais.

4.1.2 AS RELAÇÕES SÍRIA-IRÃ ENTRE 1979-1990

Após a vitória da revolução iraniana, o equilíbrio na região mudou. O Xá, o maior aliado de Israel e o Ocidente, caiu a favor de uma política iraniana radical que estava surgindo na região. O novo surgimento do Irã na região refletiu-se na oposição do Ocidente e do acordo

de paz egípcio-israelense e na aspiração de desempenhar um papel maior na região. Esses desenvolvimentos marcaram o surgimento de um novo eixo na região, incluindo Irã, Síria, Líbia, Argélia, Iêmen do Sul e a Organização de Libertação da Palestina. Esse eixo pode ser visto no contexto do desejo da Síria de emergir de seu crescente isolamento após a conclusão do Cairo dos Acordos de Camp David (POULADI, 2006).

No mesmo ano em que a revolução iraniana triunfou em 1979, as relações sírio-iraquianas atingiram seu ponto mais baixo, com Bagdá acusando o regime sírio de planejar uma tentativa de golpe contra o governo iraquiano e mobilizando forças militares na fronteira com a Síria. Na época, a política síria estava com problemas porque perdeu relações com o Egito e o Iraque, perdendo os laços regionais de Damasco, que sempre foram caracterizados por seu uso para contrabalançar a crescente presença israelense com alianças adversas. Então a invasão iraquiana do Irã no outono de 1980 aumentou estrategicamente o peso da Síria nos olhos iranianos (MUIR, 2002).

De uma perspectiva ideológica iraniana, as relações com a Síria eram mais do que importantes para impedir que a guerra Irã-Iraque se tornasse uma guerra árabe-iraniana ou sunita-xiita. A Síria fechou o oleoduto iraquiano de Karkuk-Banias, privando o Iraque de seus recursos financeiros e, em troca, recebeu petróleo iraniano barato (MUIR, 2002).

Segundo Lawson (2007) Damasco também se beneficiou dos temores das ambições iraquianas dos países árabes do Golfo, porque a vitória do Iraque, que eles foram forçados a apoiar financeiramente, colocaria o regime iraquiano na posição de maior potência na região do Golfo.

Assim, a Síria construiu pontes diplomáticas distintas com os países árabes do Golfo e o Irã, e a Síria se tornou um excelente canal para o diálogo indireto entre os Estados do Golfo e o Irã. Damasco usou esse canal para apoiar seu esforço militar e alcançar algum equilíbrio com Israel e sua economia com a ajuda do Golfo (LAWSON, 2007).

A ocupação de Beirute em 1982 e o colapso das forças sírias em seu confronto levaram ao surgimento da presença iraniana no território libanês, com o consentimento da Síria, fazendo com que Teerã ter uma presença geográfica na fronteira norte de Tel Aviv pela primeira vez na sua história. A aprovação síria da entrada do fator iraniano no Líbano, reverteu o conflito na região depois do aparente desequilíbrio de poder em relação a Israel, como foi demonstrado na invasão de Beirute (LAWSON, 2007).

As relações iraniano-sírias foram interrompidas pela agitação do equilíbrio de poder dentro do Líbano entre o Hezbollah apoiado por Irã, e partido Amal apoiado por Síria. O Irã

parou de enviar seu petróleo para a Síria no início de 1986 devido às dívidas de Teerã com Damasco. Na época, Damasco respondeu com uma iniciativa saudita de normalizar as relações entre Damasco e Amã, primeiro aliado do Iraque, levando o Irã a recarregar seu petróleo em Damasco e enfatizando a importância da aliança iraniano-síria (RAKEL, 2007).

No final da década de 1980, a Síria ainda era o único aliado árabe do Irã segundo Rakel (2007), e a imagem da aliança Irã-Síria parecia uma aliança de fato, enquanto cada lado começou a diversificar suas relações regionais. O maior denominador entre Damasco e Teerã foi o acordo para manter a resistência libanesa e suas armas como um impedimento contra Israel o que tornou Teerã um parceiro de fato de Damasco.

4.1.3 AS RELAÇÕES IRÃ- SÍRIA ENTRE 1990 E 2000

Na segunda metade da década de 1990, o movimento reformista no Irã ganhou a presidência, representada pelo ex-presidente Mohammad Khatami, e nesse período houve a melhoria da imagem de Teerã no mundo. Em conjunto com esses fatos, o processo de paz no Oriente Médio estava em declínio devido às políticas do partido Likud em Israel na época. Esses três fatores impulsionaram a política externa iraniana no Oriente Médio em meados dos anos 90 (RAKEL, 2007).

O Irã baseou sua estratégia com os árabes em três eixos que combinam moderação e militância: Arábia Saudita, Síria e Líbano. O primeiro eixo identificou a Arábia Saudita como o ponto focal das relações do Golfo com Irã, com o objetivo de aumentar a presença e aceitação regional do Irã, além de abrir as relações internacionais da Arábia Saudita. O segundo eixo continuou a ver a Síria como um fator essencial no conflito árabe-israelense, destacando o apoio moral, político e econômico do Irã para enfrentar esse conflito. O terceiro eixo sendo o Líbano, e estabilizando o projeto do Hezbollah no sul (RAKEL, 2007).

Quanto à Síria, Lawson (2007) explica que o país colocou seu peso regional no Líbano. No final da década de 1990, a Síria possuía apenas a vantagem no Líbano em relação ao conflito com Israel, enquanto suas relações com os Estados Unidos melhoraram um pouco por causa de seu envolvimento no processo de paz.

Mas a situação libanesa não era mais tão fácil como costumava ser e a Síria não era mais o único jogador, mas passou a ser um mero árbitro entre dois atores regionais, Arábia Saudita e Irã. Assim, a região do Golfo foi a principal área para a atividade regional do Irã, e as relações com a Arábia Saudita se tornaram a característica mais proeminente da nova abordagem

iraniana, com a Síria continuando sendo um parceiro-chave no Oriente Médio, apesar do relativo declínio em sua importância para a política externa iraniana (LAWSON, 2007).

As relações entre Síria e Irã não foram abaladas após a morte do ex-presidente sírio Hafez Al-Assad em 2000, e a aliança entre os dois países continuou, sob os mesmos parâmetros que terminaram na década de 1990, sob a liderança do novo presidente Bashar Al-Assad. A retirada de Israel do Líbano em meados de 2000 marcou uma grande conquista para a aliança Irã-Síria, que começou a exercer pressão sobre os países que apoiam a solução política do conflito árabe-israelense. Teerã e Damasco condenaram os eventos de 11 de setembro e em prometeram a cooperação de maneira logística com Washington para combater organizações terroristas (SALEM, 2009).

4.1.4 AS RELAÇÕES SÍRIA-IRÃ DESDE 2011

As circunstâncias da crise na Síria e o bloqueio diplomático e econômico levaram a Síria a confiar cada vez mais em seus aliados russos e iranianos. Não se pode negar o papel da ajuda econômica e militar russa e iraniana na manutenção do Al-Assad no poder.

A estratégia síria de autoconfiança vê a crise atual como uma situação temporária e transitória, e qualquer recuo que ocorre pode ser corrigido e ultrapassado. Assim, Damasco, que em 2011 e 2012 parecia carente do apoio de Moscou, subsequentemente, com sua resistência nos anos de 2013 e 2014, parecia ter dado a Moscou a chance de retornar vigorosamente ao Oriente Médio (COCKBURN, 2014).

. Os desenvolvimentos de 2014 no mundo provaram a Moscou que eles também precisavam de Damasco, e a política da síria também conseguiu preservar a independência da decisão síria diante do aliado iraniano. Damasco rejeitou pedidos iranianos de concessões à Irmandade Muçulmana ou a formação de um governo de transição no qual algum cargo seja dado a Muath Al-Khatib, ou a outros oponentes islâmicos (COCKBURN, 2014).

Os frutos da "política de esperar para ver" da Síria surgiram quando o conflito no Iraque se agravou e Nouri Al-Maliki, um aliado de Teerã, foi derrubado. Os Estados Unidos, a Turquia e a Arábia Saudita já tinham influências forte no Iraque, e seus papéis rivalizavam com o iraniano. Assim ficou claro para o Irã que precisava de Damasco e as condições não permitiam a imposição de certas demandas sobre Al-Assad (BODANSKY, 2013).

O Irã investiu fundos substanciais na Síria para impulsionar a cooperação econômica entre os dois países e, em um relatório publicado na revista *Foreign Affairs* em 2014, foi

afirmado que as relações econômicas iranianas-sírias não se limitam às grandes quantias de dinheiro e recursos alocados para investimentos em transporte e infraestrutura sírios, porque as autoridades do Irã assinou, alguns meses antes do início da guerra civil síria, um acordo de gás natural no valor de 10 bilhões de U\$ com a Síria e o Iraque para construir o gasoduto Irã-Iraque-Síria, um gasoduto que começa no Irã e passa pela Síria, Líbano e Mediterrâneo até atingir a Europa. Sob o acordo, apoiado pelo líder supremo Ali Kamenei, o Iraque e a Síria recebem quantidades diárias de gás natural (SALLOUKH, 2014).

Ademais, segundo Salloukh (2014) os dois lados assinaram outro acordo para estabelecer um banco conjunto em Damasco, no qual o governo iraniano detém 60%. O acordo deve permitir que o Irã designe outras sedes financeiros na Síria.

A pressão econômica em ambos os países levou o Irã e a Síria a assinar um acordo simbólico de livre comércio em 13 de dezembro de 2011, para tentar minimizar o impacto das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, União Europeia e alguns países da Liga Árabe (SALLOUKH, 2014).

Conclui-se então que a relação entre os dois países é beneficiária para os dois países atualmente, e na verdade sempre foi ao longo da história dessa relação. Sendo dois principais países do eixo de resistência anti-imperialista e anti-americanista, é natural o discurso iraniano que defende seu aliado Al-Assad e exalta os seus esforços que interferem nos interesses dos EUA na região.

4.2 A INIMIZADE ENTRE SÍRIA E EUA

Como ex-colônia inglesa, os Estados Unidos se engajaram nos esforços da Síria para alcançar a independência da França. Após a Segunda Guerra Mundial, o então presidente dos EUA Harry Truman se opôs às ambições francesas de continuar o mandato francês na Síria, que foi estabelecido pela Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial. Com a ajuda dos Estados Unidos, a Síria conseguiu alcançar a independência e participou da fundação das Nações Unidas e assinou sua Carta em 1945 (SEALE, 1986).

Seale (1986) explica que depois dessa data em cerca de dez anos, tensões e turbulências dominaram as relações entre os dois países. A luta soviético-americana por influência e petróleo no Oriente Médio se estendeu à Síria. A CIA apoiou o golpe de Hossni Al-Zaim em 1949 contra

o presidente eleito Shukri Al-Quwatli. Após sua reeleição em 1955, Al-Quwatli trabalhou em estreita colaboração com Nasser, um aliado da União Soviética. Uma nova tentativa dos EUA de derrubar Al-Quwatli falhou em 1957 fazendo com que os dois países romperam as relações diplomáticas. Um ano depois, a Síria se uniu ao Egito na chamada República Árabe Unida, que durou até setembro de 1961.

A Guerra dos Seis Dias em 1967 durou menos de uma semana, mas seus efeitos ainda estão vivos no Oriente Médio até hoje. Egito, Síria, Jordânia e israelenses entraram em confronto entre 5 e 10 de junho pela terceira vez na história do conflito árabe-israelense. A guerra fortaleceu a cooperação EUA-Israel, enquanto a União Soviética continuou a fornecer armas e munições à Síria e ao Egito (SEALE, 1986).

Após a invasão iraquiana do Kuwait no verão de 1990, os Estados Unidos do presidente George H.W. Bush, lideraram uma coalizão internacional para libertar o minúsculo estado do Golfo, o Kuwait. A Síria participou dessa aliança. As operações militares duraram de janeiro de 1991 a março do mesmo ano e terminaram com a retirada das forças iraquianas do Kuwait (WALLSH, 2013).

Sob o presidente Bill Clinton, entretanto, a frágil cooperação entre os dois países foi um fracasso. Por meio dos Acordos de Oslo, Clinton tentou impulsionar o processo de paz árabe-israelense. Além do primeiro-ministro israelense Ehud Barak e do presidente da OLP, Yasser Arafat, Clinton conseguiu envolver a Síria, o Líbano e a Jordânia nas negociações de paz. Mas, apesar das muitas tentativas em seu segundo mandato, os esforços de Clinton para trazer a paz fracassaram. Uma das razões do fracasso foi a rejeição constante de Hafez Al-Assad de comprometer os interesses árabes (WALLSH, 2013).

Então pode-se concluir que as relações entre os EUA e a Síria, e a consequente política externa da Síria dependem muito dos outros Estados e atores na região do Oriente Médio.

Najib Ghadbian (2001) compara duas esferas na política síria, assuntos internos e relações externas. Ele argumenta que a política externa de Hafez Al-Assad foi o que lhe garantiu o respeito do povo sírio e do mundo árabe; consequentemente, Bashar não se desviará da política externa de seu pai porque a política externa de Hafez era vista positivamente pelos sírios em particular e pelos árabes em geral. Sua perseverança em não assinar um acordo de paz com Israel até adquirir todo o território sírio ocupado por Israel é de grande agitação para sua popularidade na época. Esse fato o diferenciava de Anwar Al-Sadat, do Egito, do rei Husayn da Jordânia e de Yasir Arafat da OLP aos olhos do povo árabe. Assim, para Ghadbian, se Bashar

Al-Assad alcançar a paz com Israel realizando as condições sírias, ele ganhará a afirmação de que precisa (GHADBIAN, 2001).

No entanto, o respeito doméstico não é a única razão pela qual Bashar seguirá a política externa de seu pai. Outras razões afetam esse comportamento, e incluem a posição regional e internacional da Síria. Para Ghadbian, os objetivos mais importantes da política externa da Síria são as negociações de paz com Israel, recuperando as Colinas de Golã, o poder regional e internacional da Síria e suas relações com os países árabes vizinhos, sendo que todos esses objetivos só podem ser realizados com a aprovação dos EUA, o aliado principal do Israel (GHADBIAN, 2001).

Esta tese também é tratada por Raymond Hinnebusch. Ele argumenta que, diferentemente dos outros estados árabes, a Síria não realizou uma política de *bandwagon* com os EUA; em vez disso, equilibrou-se contra a hegemonia dos EUA. Isso se deve ao papel regional da Síria que foi criado por Hafez Al-Assad. Segundo Hinnebusch (2010), Hafez deu ao filho não apenas um papel a desempenhar, mas “uma tradição da política real que surgiu de anos de experiência em lidar com muitos inimigos mais poderosos da Síria” (HINNEBUSCH 2010, p.3).

Ele explica que a política externa da Síria é determinada por sua identidade nacionalista árabe. Sua maior preocupação é a recuperação das colinas de Golã de Israel. Também se preocupa em equilibrar seu poder contra Israel, a oeste, e os Estados Unidos no Iraque, a leste (HINNEBUSCH, 2010). Ele prossegue explicando que a reação de Bashar à pressão exercida pelos EUA foi de estabelecer alianças com países da região e começar com a Turquia.

Bashar ainda não planeja ceder ao processo de paz com Israel e ainda apoia o Hezbollah (MAKOVSKY, 2001). Essa visão estabelece como a política de Bashar é moldada por ameaças externas à segurança da Síria e pela hegemonia dos Estados Unidos na região. Porém, Makovsky (2001) não destaca como a política regional da Síria pode afetar negativamente os Estados Unidos.

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, a política dos EUA no Oriente Médio mudou drasticamente. A princípio, o presidente dos EUA, George W. Bush, não incluiu a Síria no que foi chamado de estados desonestos. Como um gesto de boa vontade, a Síria forneceu aos Estados Unidos informações sobre redes terroristas islâmicas. Como preço, Damasco queria o apoio de Washington ao incluir o Líbano como protetorado. No entanto, os Estados Unidos foram imersos na guerra do Iraque, enquanto a Síria permaneceu no Conselho de Segurança em oposição à guerra no Iraque. Em vez de cumprir as sanções impostas ao Iraque, Bashar Al-

Assad ampliou o comércio entre a Síria e o Iraque para cerca de 3 bilhões de US\$ (STRINDBERG, 2004).

A política dos EUA em relação à Síria foi hesitante nesse período. O Departamento de Estado queria reconquistar a Síria como aliada, mas o Pentágono rejeitou isso porque o regime de Assad apoiou abertamente organizações terroristas como o Hezbollah libanês. Após o assassinato do primeiro-ministro libanês Rafik Al-Hariri em 2005, os EUA retiraram seu embaixador de Damasco e acusaram a Síria de estar por trás da operação (HINNEBUSCH, 2010).

Anders Strindberg (2004) explicou como a oposição síria à invasão americana do Iraque e seu apoio ao Hamas moldaram a política hostil dos EUA em relação à Síria e como este usou o Líbano para torcer o braço da Síria por meio da Lei de Responsabilidade da Síria. Como Hinnebusch (2010), Strindberg (2004) explica que os sírios são da população lealmente mais nacionalista na região árabe. Isso se deve em parte ao nacionalismo árabe que remonta ao início do século XX e em parte à educação política da resistência imposta pelo governo sírio. Strindberg também argumenta que, em termos geográficos, a população síria se encontra entre dois eixos: a ocupação israelense da Cisjordânia e Gaza e a ocupação dos EUA no Iraque (STRINDBERG, 2004). Ele argumenta que esse sentimento popular e oficial explica a política externa da Síria em relação à ocupação do Iraque pelos Estados Unidos, a ocupação da Palestina por Israel e o apoio do Hezbollah no Líbano. No entanto, essas políticas foram o que levou os EUA a formularem a Lei de Responsabilidade da Síria em maio de 2004 (STRINDBERG, 2004).

Segundo o presidente Bush em uma entrevista ao egípcio Al-Ahram em maio de 2004, “os sírios não combaterão o terror e não se unirão a nós no combate ao terror” (Al-Ahram 2004). Isso ocorre apesar do fato que Síria foi muito cooperativa com os EUA em relação à luta contra o terrorismo desde 11 de setembro, permitindo que a CIA estabeleça um escritório na Síria e forneça informações valiosas sobre indivíduos que têm vínculos com os esforços da Al-Qaeda para controlar suas fronteiras com o Iraque, e isso foi reconhecido não oficialmente por funcionários dos EUA na Síria (STRINDBERG, 2004).

Com o início da guerra na Síria, o presidente dos EUA, Barack Obama, adotou duas abordagens à sua política na Síria. Por um lado, ele tentou impor sanções para culpar o regime por violações de direitos humanos e, por outro, iniciou um diálogo e uma ação diplomática; em 2013, Obama mandou o embaixador dos EUA a Damasco, oito anos depois de sua retirada (WEHREY, 2014).

Enquanto a secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, deixou claro no início da guerra na Síria que a intervenção americana era improvável na Síria, os Estados Unidos apoiaram a oposição síria com armas, após o ataque químico, que o governo sírio foi acusado de cometer contra seus cidadãos no leste de Ghouta no verão de 2013 (WEHREY, 2014).

A atualidade das relações Síria-EUA é a mais relevante no contexto dessa pesquisa, pois o EUA utiliza do discurso liberal de condenação do Al-Assad para justificar a sua intervenção militar no conflito. O governo dos EUA condena as práticas do governo do Al-Assad publicamente acusando-o de violar os direitos humanos justificando a sua intervenção política e militar no território Sírio.

Para combater o ISIS, o presidente Donald Trump pediu em 2016 o controle das áreas ricas em petróleo que o ISIS havia assumido, usando as forças aéreas e terrestres dos EUA. Em 2016, Trump pediu que entre 20.000 a 30.000 tropas americanas fossem enviadas para a área, o local que mais tarde ele se retirou (WEHREY, 2019).

Em 29 de março de 2018, Trump disse que os Estados Unidos sairiam logo da Síria, fazendo com que todas as tropas retornassem aos EUA e deixando a resolução da situação para outros países, disse ele (WAKIM, 2019).

No mesmo contexto, o Departamento de Estado dos EUA disse que não tinha conhecimento de nenhum plano para retirar as tropas americanas da Síria após as declarações do presidente em uma conferência em Ohio (WAKIM, 2019).

Os Estados Unidos têm cerca de 2.000 soldados na Síria, embora o Secretário de Defesa Jim Mattis tenha dito anteriormente que haveria um aumento no número de diplomatas em áreas controladas pelos EUA após a retirada do ISIS. O secretário de Defesa dos EUA disse também que as forças americanas permaneceriam na Síria se o ISIS continuasse lutando para impedir a reconstrução do grupo (WEHREY, 2019).

Em 21 de março de 2019, o presidente dos EUA, Donald Trump, postou em sua conta no Twitter dizendo que os Estados Unidos reconhecem totalmente a soberania de Israel sobre as Colinas de Golã, que é de vital importância estratégica e de segurança para o Estado de Israel e para a estabilidade regional segundo o presidente americano (WAKIM, 2019).

Israel capturou as Colinas de Golã durante a guerra contra os árabes em 1967, antes de anexá-la oficialmente em 1981, um movimento não reconhecido pela comunidade internacional (GRAINER, 2016). Richard Haass, ex-funcionário do Departamento de Estado dos EUA e atual presidente do Conselho de Relações Exteriores, declarou que o reconhecimento de Trump da soberania israelense sobre o Golã violaria as resoluções do Conselho de Segurança que excluem

o reconhecimento do território tomado pela guerra (WEHREY, 2019). Esse reconhecimento do presidente Estado Unidense é um dos exemplos que mostra o posicionamento dos EUA em relação à Síria do Al-Assad e sua lealdade à Israel.

Conclui-se, então, que a o discurso liberal utilizados pelos EUA serve para mascarar a sua intervenção militar no conflito para proteger seus interesses geopolíticos na região que a Síria sempre opus como foi explicado anteriormente nesta seção, além de proteger os interesses do seu aliado principal na região, Israel.

4.3 A COMPLEXIDADE GEOPOLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE SÍRIA E TURQUIA:

A Turquia e a Síria são países vizinhos, com uma longa fronteira de 822 km. Para clarificar a natureza da relação entre os dois países e a consequente posição da Turquia em relação ao governo do Al-Assad, é mais relevante focar nos conflitos entre os dois países no período do século XX e XXI. Segundo Zafar (2012) pode-se resumir os principais conflitos entre os dois países em quatro pontos:

- I. O problema de controlar a Província de Hatai, que durou entre 1920 e 1939.
- II. O problema da água dos rios Tigre e Eufrates que surgiu após a década de 1950.
- III. O problema do terrorismo, representado pela acusação Turca de Síria de apoiar o terrorismo do "o PKK", que surgiu depois dos anos 80.
- IV. O problema da divisão radical na escolha dos eixos regionais, em que a escolha da Síria foi de apoiar o eixo xiita enquanto a Turquia agiu como líder do eixo sunita na região.

Primeiro: O problema de Hatai: Esse problema surgiu após a Segunda Guerra Mundial, durante o período de conquista da independência da Síria. Antes de sua partida da Síria, o mandato francês tentou dividir o país em partes menores para facilitar o controle sobre o

território inteiro como foi explicado no primeiro capítulo dessa pesquisa. Hatai foi uma dessas divisões (KHOURY, 1987).

A França não conseguiu dividir a Síria. E em 9 de setembro de 1936, a França e a Síria assinaram um acordo reconhecendo uma Síria unificada, mas, com exceção do Líbano. Depois que a França anunciou esse acordo, a Turquia expressou sua forte objeção e apresentou uma queixa à Liga das Nações sob o pretexto de que existe uma maioria turca em Hatai e que Hatai deve fazer parte da Turquia e não da Síria (KHOURY, 1987).

Em 2 de setembro de 1938, a Liga das Nações, a França e a Turquia chegaram a um consenso sobre a independência de Hatai e, em 23 de junho de 1939, o Conselho Parlamentar de Hatai uniu-se por unanimidade à Turquia. Esse problema ou desacordo terminou com a Turquia anexando Hatai a seu território (ZAFAR, 2012).

O segundo problema desenvolveu devido ao desenvolvimento científico durante os anos 1950 nos dois países que em seguida aumentou significativamente a necessidade de água e energia. Além disso, o alto crescimento populacional também aumentou a demanda de água. Esses dois fatores abriram a competição entre a Turquia e a Síria por água (ZAFAR, 2012).

Zafar (2012) explicita então que a Turquia construiu muitas barragens que produzem energia e armazenam água, incluindo a barragem Kaban, que foi construída entre 1960 e 1973, e a barragem Kara Kaya, que foi construída entre 1973 e 1987. Em 1983, a Turquia decidiu construir uma barragem no sudeste do país. Este projeto e as barragens já construídas por Turquia aumentaram as preocupações da Síria sobre a quantidade de água que flui dos rios Tigre e Eufrates, especialmente a nova barragem no Sudeste, que reduziria a quantidade de água que flui para a Síria em 29%.

O problema da água entre a Turquia e a Síria foi resolvido através do acordo de cooperação assinado entre os dois países em 1987, onde a Turquia se comprometeu a aumentar a quantidade de água que flui para a Síria e a aumentar ainda mais essa quantidade quando a Síria precisa. (ZAFAR, 2012)

O terceiro problema é a segurança e o terrorismo. Zafar (2012) explicou que o problema começou na década de 1980, quando a Síria usava o terrorismo como uma ferramenta de pressão contra a Turquia, que violava as leis internacionais e reduzia a quantidade de água que flui na Síria nos dois rios mencionados no segundo problema.

Depois que a Turquia reduziu a quantidade de água que flui para a Síria, este último foi apoiar grupos terroristas existentes na Turquia, como o PKK. Em particular, o PKK recebeu apoio logístico e material significativo da Síria, onde seu líder, Abdullah Ojulan, ficou por

muito tempo em Damasco e estabeleceu campos de treinamento militar para as forças do PKK na Síria, deteriorando gravemente as relações entre os dois países. (ZAFAR, 2012)

A crise terminou segundo Zafar (2012) depois que a Turquia ameaçou a Síria com intervenção militar e, para provar sua seriedade, mobilizou suas forças terrestres e aéreas na fronteira com a Síria.

O quarto e último problema é o dos dois eixos aos quais os dois países pertencem. No entanto, antes desse problema, as relações entre os dois países testemunharam um período de prosperidade. Os requisitos de vistos para cidadãos de ambos os países foram retirados e vários acordos de desenvolvimento econômico foram assinados entre os dois países. (ZAFAR, 2012)

Mas o pesquisador Ibrahim Balji (2015) explica que essas boas relações não duraram, pois após o início da revolução síria, as duas partes se dividiram em eixos diferentes e contraditórios na região; o líder do governo sírio Bashar Al-Assad apoia o eixo xiita liderado pelo Irã, enquanto a Turquia segue ou lidera o eixo sunita na região. Ademais, o apoio material, moral e humanitário da Turquia aos rebeldes e seu aparente ataque da mídia ao regime de Assad deterioraram ainda mais as relações entre os dois países e a possibilidade de reconciliação se tornou mais do que impossível.

Conclui-se que o posicionamento da Turquia em relação à Síria mudou várias vezes ao longo da história dependendo das circunstâncias geopolíticas compartilhadas pelos dois países e o momento histórico da região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução dessa pesquisa foi explicado como muitas vezes os valores universais da democracia podem ser ambíguos e até manipulados pela elite política para garantir a sua permanência no poder. O caso Sírio tratado nessa pesquisa é um ótimo exemplo dessa manipulação, pois como foi relatado no primeiro capítulo, é um Estado que foi criado através de vários golpes militares que colocou a minoria alauita no poder representada por a família do Al-Assad. Porém, esse Estado possui uma constituição que no seu texto ressalta vários valores democráticos que respeitam os direitos sociais e individuais da população. Entretanto, a maioria das vezes não é necessário a tradução desses valores para a realidade, ou seja, enquanto o

governo Sírio do Al-Assad mantenha uma frente democrática constitucional, ele pode autolegitimar.

Enquanto muitas monarquias ainda existem no mundo sem atenção da mídia internacional, e sem a condenação dos discursos liberais geralmente ocidentais, o governo da Síria não goza do mesmo privilégio, pois com a *prima vera* árabe e as revoluções que logo tornaram um confronto muito violento, o governo do Al-Assad se tornou o assunto principal que dividiu a mídia e a opinião pública, e até os Estados que aos poucos se envolveram no conflito.

Ao longo dessa pesquisa, foi explicado os fatores que levam alguns atores no sistema internacional a condenar o governo Sírio, e outros a glorificar esse mesmo. Os fatores variam na natureza e período histórico, porém, compartilham o fato que dirigem os dois discursos opostos que constituem a dicotomia da percepção do governo do Al-Assad.

Conclui-se que o grau da legitimidade do governo Sírio do Al-Assad hoje em dia depende muito do ator nacional ou internacional que está debatendo essa legitimidade, e dos seus interesses e ideologias que determinam a sua posição final. A existência dos dois discursos e dos muitos atores de todos os níveis envolvidos, torna esse debate mais complexo ainda, ou seja, entender alguns fatores que dirigem a dicotomia e os dois discursos é o primeiro passo para entender a percepção do governo do Al-Assad no sistema internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFLAQ, M. *On the Arab Baath movement*. 1945. Disponível em: <<http://albaath.online.fr/English/Aflaq-18On%20the%20Arab%20Baath%20movement.htm>>. Acesso em: 10 Aug, 2019.

ALAGHA, J. *Hezbollah's Documents: From the 1985 Open Letter to the 2009 Manifesto*. Amsterdam: Pallas Publications. 2011.

BALJI, I. *A test for Turkey foreign policy: the Syria crisis*. Istanbul: TESEV, Foreign Policy Programme, 2015.

BEM-TZUR, A. *The Neo-ba'th Party of Syria*. *Journal of Contemporary History* 3.3 p:161–181, 1968.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 2007. 2v.

BODANSKY, Y. *The Middle East drifts back to its roots*. *Defense & Foreign Affairs Strategic Policy*, 41(8), 11. 2013.

COCKBURN, P. *The impossible war: Isis 'cannot be beaten' as long as there is civil war in Syria*. *The Independent*. 11, Sep. 2014.

DIAMOND, L. **O Espírito da Democracia**. Curitiba, 2015.

FILDIS, A.T. *Roots of Alawite-Sunni Rivalry in Syria*. *Middle East Policy*. Vol. XIX, no 2, 2012.

FILDIS, A.T. *The Troubles in Syria: Spawned by French Divide and Rule*. *Middle East Policy*. Vol. XX, 2016

GALVANI, J. *Syria and the Baath Party*. *MERIP Reports, Middle East Research and Information Project (MERIP)*, n. 25, p. 3–16, 1974. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3011567>>. Acesso em: 15 Set. 2019.

GHADBIAN, N. *The New Asad: Dynamics of Continuity and Change in Syria*. *Middle East Journal* 4,3: 55-60, 2001.

GRAINGER, J.D. *Syria: An Outline History*. UK, 2016.

HAY, A. T. *Syria new parties: modest goals against Baath hold*. *Al Akhbar*, Lebanon, 18 Mar. 2012. Disponível em: <<http://english.al-akhbar.com/node/5347/>>. Acesso em: 9 set. 2019.

HINNEBUSCH, R. *Class and State in Ba'athist Syria*. *Syria: Society, Culture, and Polity*. State University of New York Press. 1991.

HINNEBUSCH, R. *Modern Syrian Politics*. *History Compass*, P: 263–285, 2008.

HINNEBUSCH, R. *Syria: From 'authoritarian upgrading' to revolution?* *International Affairs*, 88(1), 95-113, 2010.

HIRSCHFELD, Y. *The Odd Couple: Baathist Syria and Khomeini's Iran*. UK: Croom Helm ltd. 1986.

HOURANI, A. **Uma História dos Povos Árabes**. 1991.

JUNEAU, T. *Iran's Policy Towards the Houthis in Yemen: A limited Return on a Modest Investment*. 2016. Disponível em:
<<file:///Users/apple/Downloads/IA%20Juneau%20Iran%20Yemen%202016.pdf>>

KASSEM, N. *Os Princípios do Hezbollah*. Nahaj Al-Balaga. 2008.

KHOURY, S. P. **Syria and the French Mandate: The Politics of Arab Nationalism, 1920-1945**. 1987.

KHURI, F.I. *The Alawis of Syria: Religious Ideology and Organization. Syria: Society, Culture, and Polity*. State University of New York Press. 1991.

LAWSON, F. *Syria's Relations with Iran: Managing the Dilemmas of Alliance*. *The Middle East Journal*. 61,1:29-47. 2007

MANSFIELD, P. *A History of the Middle East*. 4 Ed. New York: Viking, 1991.

MAKOVSKY, A. *Syria under Bashar al-Asad: The Domestic Scene and the 'Chinese Model' of Reform*. *The Washington Institute for Near East Policy* 3,5:66-80, 2001.

McHUGO, J. *Syria: A History of the Last Hundred Years*. New Press, 2015.

MILANI, M. *Why Tehran won't abandon Assad(ism)*. *The Washington Quarterly*, 36, 79-93. 2013.

MUIR, J. *Opposition Gathers*. *Middle East International Journal* 2,5,60- 89. 2002

NETO, A.C. *Democracia: Velhas e novas controvérsias*. *Estudos de Psicologia*, p.287- 312, 1997.

NORTON, A.R. *Hezbollah: A Short History*. United States of America: Princeton University Press. 2007.

PIERINI, M. *The Syrian war in three capitals*. Carnegie Europe. Oct. 2013. Disponível em: <<http://carnegieeurope.eu/2013/10/17/syrian-war-in-threecapitals/gqjr>> Acesso em: 10 Out. 2019.

QASSEM, N. *Hizbullah, The story from within*. British Library. 2005

RAKEL, E. P. *Iranian foreign policy since the Iranian Islamic revolution: 1979- 2006*. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, 6 (1), 159- 187. 2007.

RANCIÈRE, J. **O Ódio À Democracia**. 1.Ed, São Paulo, 2014.

RASSA, M. Syria's muslim brotherhood: past and present. Al Monitor, The Pulse of The Middle East, 5 Jan. 2014. Disponível em:

<<http://www.al-monitor.com/pulse/politics/2014/01/syria-muslim-brotherhood-past-present.html>>. Acesso em: 15 Set. 2019

SAAD-GHORAYEB, A. *Khamenei and Hezbollah: Leading in Spirit*. Alakhbar newspaper. Aug. 2012.

SAAD-GHORAYEB, A. *Hizbu'llah, Politics and Religion*. Pluto Press, 2002.

SALEM, P. *The Imperatives of Syrian Israeli Peace*. The Fletcher Forum of World Affairs 33,2:60-68. 2009.

SALLOUKH, B. F. Sect supreme: The end of realist politics in the Middle East. Foreign Affairs. 14. Jul. 2014.

SEALE, P. *The struggle for Syria: A study of post-war Arab politics 1945-1958*. (2nd ed.). London: Tauris. 1986.

STEWART, S. Hezbollah, radical but rational. 2012 Disponível em:

<https://www.stratfor.com/weekly/20100811_hezbollah_radical_rational>

STRINDBERG, A. *Syria under Pressure*. Journal of Palestine Studies 33,4,22-28. 2004.

WAKIM, J. *The struggle of major powers over Syria*. (1st ed.). UK: Ithaca Press, 2019.

WALLASH, D. *Syrian alliance strategy in the post-Cold War era: The impact of unipolarity*. The Fletcher Forum of World Affairs, 37(2), 107-123, 2013.

WARREN, T.S, *Fear and Resistance: The Construction of Alawi Identity in Syria*. Universtity of Oslo, 2007.

WEHREY, F.M. *Sectarian politics in the Gulf: From the Iraq war to the Arab uprisings*. New York: Columbia University Press. 2014.

WEHREY, F.M *Elusive equilibrium: American, Iran, and Saudi Arabia in a changing Middle East*. Carnegie Endowment for International Peace. 2019.

YILDIZ, K. *The Kurds in Syria: The Forgotten People*. M.I: University of Michigan Press, 2006.

ZAFAR, S. *Turkey's 'zero problems with neighbours': foreign policy; relations with Syria*. Journal of European Studies, [S.l.], p. 143-158, 2012.

ZIADEH, R. *The Kurds in Syria. Fueling Separatists Movements in the Region*. United States Institute of Peace. 2009